

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCIANA MASSAROTTO POLI

**CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS PARA TOMADA DE DECISÕES EM UMA EMPRESA DE
AUTOMAÇÃO COMERCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2009

LUCIANA MASSAROTTO POLI

**CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS PARA TOMADA DE DECISÕES EM UMA EMPRESA DE
AUTOMAÇÃO COMERCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - Campus Pato Branco, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. M. Sc. Eliandro Schvirck.

PATO BRANCO

2009

LUCIANA MASSAROTTO POLI

**CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS PARA TOMADA DE DECISÕES EM UMA EMPRESA DE
AUTOMAÇÃO COMERCIAL**

Este trabalho foi julgado e aprovado para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Campus Pato Branco.

Pato Branco, 20 de outubro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. M. Sc. Eliandro Schvirck
Orientador
UTFPR Campus Pato Branco

Prof. Luiz Fernande Casagrande
UTFPR Campus Pato Branco

Prof. Oldair Giasson
UTFPR Campus Pato Branco

Dedico este trabalho primeiramente aos meus pais Leuri e Noeli, ao meu irmão Flávio e minha tia Lourdes pelo total apoio e incentivo concedido durante toda a minha vida.

Dedico também como forma de agradecimento a todos os professores, colegas e amigos do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades concedidas e por me ajudar a concluir mais este trabalho.

Agradeço aos meus pais e irmão pelo carinho e força durante esse período, por estarem sempre presentes me ajudando nos momentos em que necessitei.

Agradeço a todos os professores e colegas de turma pela paciência, compreensão e também pelas experiências transmitidas ao longo desses quatro anos em que passamos juntos.

Agradeço em especial as minhas amigas Chaline Moira e Franciele Minatto, pelos momentos de alegria e companheirismo.

Agradeço ao professor Eliandro, pela dedicação durante o desenvolvimento deste trabalho, me auxiliando sempre que necessitei.

E por fim, de forma geral o meu “muito obrigada” a todas as pessoas que de certa forma fizeram parte e contribuíram para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido da melhor forma possível.

RESUMO

POLI, Luciana M. Contribuições da Análise das Demonstrações Contábeis para tomadas de decisões na empresa ABC Ltda. 2009. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso - curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. 2009.

A Contabilidade é uma ciência de fundamental importância para as entidades, auxiliando os administradores na obtenção de informações, e conseqüentemente a tomarem decisões corretas que ajudem no desenvolvimento e crescimento de suas empresas. Assim, o presente trabalho demonstra a importância da informação e as contribuições geradas pelas análises das demonstrações contábeis. As interpretações feitas no decorrer deste trabalho, sejam elas dos questionários, os quais foram respondidos por uma amostra composta dos principais gerentes, diretores e sócios da empresa, ou também pelas análises dos índices de quatro anos consecutivos, foram satisfatórios para demonstrar o papel fundamental desenvolvido pelo departamento de contabilidade dentro da organização. Demonstrando assim, a utilidade para cada um deles, quando necessária a obtenção de conhecimentos relevantes a respeito do patrimônio ou até mesmo para controle de despesas e receitas.

Palavras-chave: Informação. Análise das Demonstrações Contábeis. Contabilidade. Relevância.

ABSTRACT

POLI, Luciana M. Activity Analysis of Financial Statements for making decisions at ABC Company Ltda. 2009. 66 l. Monograph - Course Accounting. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco. 2009.

Accounting is a science of fundamental importance for organizations, helping administrators to gather information, and therefore to take the right decisions to help in the development and growth of their companies. Thus, this study demonstrates the importance of information and contributions generated by the analysis of financial statements. The interpretations made by the questionnaires, answered by a composite sample of top managers, directors and members of the company and also for analyzing the contents of four years, were satisfactory to demonstrate the key role of the department accounting within the organization. Thus demonstrating the utility for each of them, when necessary to obtain relevant knowledge about the heritage or even to control expenditure and revenue.

Key-words: Information. Analysis of Financial Statements. Accounting. Relevance.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. PROCESSO PARA TOMADA DE DECISÃO	22
FIGURA 2. FÓRMULA LIQUIDEZ CORRENTE.....	25
FIGURA 3. FÓRMULA DE LIQUIDEZ GERAL	26
FIGURA 4. FÓRMULA DA LIQUIDEZ IMEDIATA.....	26
FIGURA 5. FÓRMULA IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
FIGURA 6. FÓRMULA DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	28
FIGURA 7. FÓRMULA DA COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	29
FIGURA 8. FÓRMULA DO GIRO DO ATIVO	30
FIGURA 9. FÓRMULA DO RETORNO SOBRE AS VENDAS.....	31
FIGURA 10. FÓRMULA DO RETORNO SOBRE O ATIVO.....	31
FIGURA 11. FÓRMULA DO RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	32
FIGURA 12. GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA	33

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. VARIAÇÃO DO ATIVO E PASSIVO DE 2005 A 2008.....	38
GRÁFICO 2. RELAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DE 2005 A 2008.....	39
GRÁFICO 3. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.....	40
GRÁFICO 4. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL.....	41
GRÁFICO 5. ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA.....	42
GRÁFICO 6. ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	43
GRÁFICO 7. ESTRUTURA DE CAPITAIS DE TERCEIROS.....	44
GRÁFICO 8. COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	45
GRÁFICO 9. GIRO DO ATIVO.....	46
GRÁFICO 10. RETORNO SOBRE VENDAS.....	47
GRÁFICO 11. RETORNO SOBRE O ATIVO.....	48
GRÁFICO 12. RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	48
GRÁFICO 13. GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA.....	49
GRÁFICO 14. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	50
GRÁFICO 15. GERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA TOMADA DE DECISÃO PELA CONTABILIDADE.....	54
GRÁFICO 16. DEMONSTRATIVOS UTILIZADOS PELA CONTABILIDADE PARA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	55
GRÁFICO 17. FORNECIMENTO DAS ANÁLISES DOS DEMONSTRATIVOS ELABORADOS PELA CONTABILIDADE.....	55
GRÁFICO 18. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA CONTABILIDADE.....	56
GRÁFICO 19. INFLUENCIA DAS ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA TOMADA DE DECISÃO.....	57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. RESUMO DOS ÍNDICES..... 51

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	11
1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA	12
1.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	13
1.4 JUSTIFICATIVA	13
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
2.0 PAPEL DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS	16
2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
2.1.1 Balanço Patrimonial	18
2.1.2 Demonstrativo do Resultado do Exercício.....	19
2.1.3 Demonstrativo de Fluxo de Caixa	20
2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
2.2.1 Análise vertical e horizontal	23
2.2.2 Análises através de Índices.....	24
2.2.2.1 Índices de Liquidez.....	24
2.2.2.1.1 Índices de Liquidez Corrente.....	25
2.2.2.1.2 Índice de Liquidez Geral	26
2.2.2.1.3 Índice de Liquidez Imediata	26
2.2.2.2 Índices de Estrutura de Capitais	27
2.2.2.2.1 Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	27
2.2.2.2.2 Participação de Capitais de Terceiros (PCT).....	28
2.2.2.2.3 Composição do Endividamento (CE).....	29
2.2.2.3 Índices de Lucratividade e desempenho.....	29
2.2.2.3.2 Retorno sobre as Vendas (RSV).....	31
2.2.2.3.3 Retorno sobre o Ativo (RSA).....	31
2.2.2.3.4 Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL).....	32
2.2.3 Capital Circulante Líquido	33
2.2.4 Alavancagem Financeira	33
3.0 ESTUDO DE CASO	35
3.1 EMPRESA.....	35
3.1.1 Considerações Gerais	35
3.2 AVALIAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	37
3.3 ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	39
3.4 ÍNDICES DE ESTRUTURA DOS CAPITAIS	43
3.5 ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO	46
3.6 GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA.....	49
3.7 CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	50
3.8 ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA	52
4.0 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS.....	62
APÊNDICE	65

1.0 INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas estão inseridas em um mercado onde a agilidade e veracidade das informações são de extrema importância. Através das informações financeiras fornecidas pela contabilidade, pelos seus demonstrativos, é possível obter melhores resultados, sendo um fator fundamental para a tomada de decisão pelos administradores, acionistas, permitindo maior segurança e rapidez, o que acaba sendo um diferencial em relação às empresas concorrentes.

Silva (2005, p.23) descreve a contabilidade como sendo “a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos fornecem dados e informações para diagnosticarmos o desempenho e a saúde financeira da empresa”.

Dessa forma, a contabilidade utiliza-se das técnicas da análise das demonstrações contábeis que compreendem entre elas as avaliações horizontal, vertical e a análise através de índices para apurar as principais mutações do patrimônio e possíveis falhas que podem estar ocorrendo no dia-a-dia das empresas.

Matarazzo (2003, p. 17) acrescenta ainda que em uma avaliação de dados, “o analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa [...] vem sendo bem ou mal administrada...”

Através desses pontos e de outros mais abordados pelos autores citados no decorrer deste trabalho, é possível ser observado a importância das análises e interpretações das demonstrações fornecidas pela contabilidade, sendo uma ferramenta extremamente útil para o bom desempenho de uma organização.

E, além dos fatos citados anteriormente, a Contabilidade tem a função também de fornecer alternativas para solucionar os possíveis problemas que podem estar prejudicando as operações da empresa, beneficiando assim a entidade e seus acionistas/sócios.

Dentro desse contexto, a presente monografia propõe-se a aplicar os conhecimentos do curso de Ciências Contábeis na área da Análise das Demonstrações Contábeis, elaborando para isso, na empresa estudada, o trabalho das análises específicas e um questionário a fim de averiguar os benefícios que a análise pode trazer para a empresa.

1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA

A contabilidade possui além da função de registrar as operações que ocorrem no cotidiano das empresas, a função de fornecer também informações, por meio da análise das demonstrações contábeis, que possam ser úteis aos proprietários/acionistas para a tomada de decisões, tornando-se uma ferramenta fundamental para que essas decisões sejam as mais benéficas possíveis.

Dentro deste contexto, esse trabalho abordou o tema Contribuições da Análise das Demonstrações Contábeis para a tomada de decisões em uma empresa de automação comercial.

1.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Diante das necessidades de informações e da competitividade imposta pelo mercado em que as empresas estão inseridas, tem-se a necessidade de discutir os benefícios e utilidades da Contabilidade, através das ferramentas que possui para auxiliar os administradores. Dentro desse contexto o estudo buscou responder quais as contribuições da Análise das Demonstrações Contábeis no processo de tomada de decisões em uma empresa de automação comercial?

1.3 OBJETIVOS

Embasado no tema e no problema apresentado para a realização deste trabalho, tem-se a finalidade de atingir os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

Elaborar um estudo de caso na empresa em estudo analisando as Demonstrações Contábeis e um estudo de campo através de um questionário aplicado aos principais usuários

internos das informações geradas, visando conhecer os benefícios que as mesmas podem trazer aos usuários no auxílio a tomada de decisão.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Fazer uma pesquisa da literatura específica para identificar o conceito e as ferramentas que podem ser utilizadas na análise.
- b) Elaborar a Análise das Demonstrações Financeiras através das ferramentas que melhor se aplicarem para o caso de uma empresa prestadora de serviços.
- c) Aplicar o questionário na empresa com os principais usuários das informações.
- d) Analisar os resultados obtidos e elaborar um parecer sobre a situação econômico-financeira da empresa.

1.4 JUSTIFICATIVA

A situação atual do mercado encontra-se cada vez mais competitiva, e nesse meio, terão melhores chances de sobrevivência empresas mais bem preparadas e informadas. Daí a necessidade da Análise das Demonstrações Contábeis, na qual se consegue ver a trajetória da empresa e antecipar possíveis soluções para problemas que poderão vir a ocorrer.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.5.1 Tipo de Pesquisa

O seguinte estudo foi realizado através de estudo de caso e de campo, embasado em pesquisas bibliográficas e exploratórias. Para Gil, (2002, p.54) o estudo de caso “consiste no

estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Já a pesquisa de campo é entendida por Andrade, (2002, p.21) como sendo “desenvolvida principalmente nas ciências sociais, não se caracteriza como experimental, pois não tem objetivo de produzir ou reproduzir fenômeno, embora em determinadas circunstâncias seja possível realizar pesquisa de campo experimental”.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo o fornecimento de informações a respeito de assuntos relevantes com relação ao tema do presente trabalho. Silva (2003, p.60) diz que esse tipo de pesquisa tem como fundamento explicar e discutir determinado tema com base em autores e referências já publicadas em livros, revistas, periódicos etc.

Com relação à pesquisa exploratória Silva (2003, p. 65) acredita que é “realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito...”.

1.5.2 Amostragem

Foram utilizados para realização deste trabalho e alcance dos objetivos propostos, o estudo das Demonstrações Contábeis da empresa de quatro anos consecutivos.

Com relação ao questionário, foram aplicados aos gerentes e diretores dos departamentos: financeiro, administrativo, suporte técnico, controladoria, sócios, compreendendo um número de 07 questionários.

1.5.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio das Demonstrações Contábeis, sendo utilizados para isso os balanços, demonstrativos de resultado e a elaboração dos demonstrativos de fluxo de caixa da organização.

Utilizou-se também para coleta de informações um questionário com seis questões, o qual forneceu informações que se tornaram úteis na explanação a respeito do problema principal abordado neste trabalho.

1.5.4 Análise dos dados

Apresentou-se na análise dos dados abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa.

Segundo Lampert (2000, p. 98):

a pesquisa quantitativa é aquela que, utilizando instrumentos de coleta de informações numéricas, medidas ou contadas, aplicados a uma amostra representativa de um universo a ser pesquisado, fornece resultados numéricos, probabilísticos e estatísticos, enquanto a análise qualitativa é aquela que, utilizando o estudo documental, procura explorar a fundo conceitos, atitudes, comportamentos, opiniões e atributos do universo pesquisado, avaliando aspectos emocionais e intencionais implícitos na opinião dos sujeitos da pesquisa.

Assim, para o estudo de caso da empresa foram calculados os índices e apresentados os impactos causados pelas variações ocorridas no patrimônio da entidade. E também pelos dados adquiridos através do questionário e analisados objetivando responder o principal tema deste trabalho.

2.0 PAPEL DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS

No contexto econômico atual, dinâmico e competitivo em que as empresas estão inseridas, é fundamental a utilização de informações que ajudem a obter resultados cada vez mais satisfatórios. Ajudando assim, no aumento das lucratividades através das possibilidades que a informação correta e ágil oferece na hora da tomada de decisão.

Padoveze (2000 apud STRASSBURG *et al*, 2006, p.43) conceitua a informação como um “dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas”.

Assim, segundo Schvirck (2006, p. 16):

[...] considerando a necessidade de informações para a tomada de decisões, por qualquer um dos grupos de usuário, pode se resumir que o objetivo principal da Contabilidade é gerar ao seu usuário um conjunto de informações, de forma que ele possa utilizá-la no seu processo decisório.

Os usuários da informação de acordo com Matarazzo (2003) são todos que se relacionam ou querem relacionar-se com a empresa de alguma forma, quer como acionista, financiadores, fornecedor ou até empregados. Ressaltando-se que cada grupo de usuário está interessado em algum ponto específico da empresa.

Em resumo, pode-se dizer que o interesse do usuário está ligado a necessidade que cada um tem de obter informações específicas para a tomada de decisões e controles internos de cada departamento. As informações filtradas e sua utilização de forma correta poderão ser de grande valia para melhorar os processos e os resultados de determinado setor/departamento.

Ainda de acordo com Matarazzo (2003, p.35) o principal grupo de usuários são os administradores que utilizam a análise das demonstrações contábeis como uma ferramenta para formulação de estratégias, e também como fornecedoras de informações fundamentais como a rentabilidade, a liquidez da empresa com relação a balanços atuais comparando-os com balanços orçados, analisando com isso possíveis eventos que possam a vir afetar a empresa.

Silva (2005, p.47) acrescenta com relação às informações necessárias aos administradores que:

Nesse sentido, a análise financeira é uma ferramenta que possibilita visão abrangente e detalhada dos resultados alcançados. Indicadores como o crescimento das vendas, o retorno sobre o capital investido pelos proprietários, a valorização das ações e até a reputação da empresa no mercado poderão estar presentes. A comparação dos indicadores da empresa com os de seus concorrentes fornecerá instrumentos para novos direcionamentos das ações estratégicas e operacionais da empresa.

Dentro desse contexto citado, Silva (2005, p.23) acrescenta ainda que a Contabilidade e as demonstrações contábeis fornecem dados que possibilitam diagnosticar a saúde financeira de determinada empresa. Lembrando que deve ser feita uma análise com base em dados contábeis corretos e confiáveis reduzindo com isso o grau de incertezas.

A partir disso, percebe-se que há a necessidade que as informações fornecidas pela contabilidade, seus demonstrativos, sejam corretas, estando o mais próximo possível da realidade, evitando com isso possíveis problemas e prejuízos para a empresa com decisões tomadas erroneamente. Outro aspecto relevante está na tempestividade dessas informações, já que para as decisões serem tomadas de forma mais benéfica possível é necessário que sejam apresentadas em tempo real. Agilizando dessa forma, todo o processo decisório, o que poderá ser fundamental para a empresa em relação ao mercado em que está inserida e seus principais concorrentes.

Matarazzo (2003, p. 16), destaca ainda outro ponto fundamental com relação a informação, a diferenciação feita entre os conceitos de dados e da própria informação: “Informações representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reações ou decisões, frequentemente acompanhada de um efeito-surpresa”. Enquanto que apenas os dados não provocam nenhuma reação ao leitor. Os dados vistos isoladamente, sem nenhuma interpretação, são apenas arquivos de números gerados pela entidade, não auxiliando assim na tomada das decisões. Demonstrando assim, mais uma vez, a necessidade dos estudos e análises desses dados, a fim de obter informações completas e úteis para o bom desempenho e melhoria contínua da entidade.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial segundo Silva (2005, p. 94) “retrata a posição patrimonial da empresa em determinado momento, composta por bens, direitos e obrigações”.

De acordo com a Lei 6404, suas alterações na Lei 11.638/07, e também através da medida provisória 644, as contas do ativo são classificadas da seguinte forma: primeiramente estão às contas que compõem o ativo circulante, entre elas as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte, ou seja, todas as contas que possuem um giro mais rápido dentro da empresa. Em seqüência aparecem as contas do ativo não circulante, o qual é composto pelas seguintes contas:

I - Ativo realizável a longo prazo: compreendem os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

II - Investimentos: são classificados pelas participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

III – Ativo imobilizado: o qual é composto pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

IV – Intangível: todos os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

As contas do realizável a longo prazo, e do grupo que anteriormente era conceituado como ativo permanente, onde estavam incluídos os investimentos, os imobilizados e o diferido, serão classificadas agora como não circulante, onde passa a figurar também a conta dos intangíveis.

O passivo, segundo as mesmas Leis, passa a ser apresentado da seguinte forma:

- Passivo Exigível: contêm segundo o artº 180 as obrigações da empresa, incluindo os financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, sendo classificadas as contas no passivo circulante quando vencerem no exercício seguinte e no passivo não circulante quando em prazo maior.

- Patrimônio Líquido: compreendem as contas do capital social subscrito e a redução da parcela não realizada. E também estarão incluídas as reservas de capital, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Nas reservas de capital estão as contas que registram a contribuição de ações que ultrapassarem o valor nominal e a parte do preço de emissões das ações que ultrapassarem o valor destinado para o capital social. Será registrado também o resultado da correção monetária do capital realizado enquanto esse não for capitalizado.

Já na reserva de lucros acumulados estão as contas constituídas pela apropriação de lucros gerados pela companhia, já que a partir dessa nova legislação deixa de existir a conta lucros acumulados.

Existem também dentro do patrimônio líquido as ações em tesouraria que deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Assim as principais alterações de acordo com a Lei 11.638/07 com relação ao passivo estão no desaparecimento do grupo resultado de exercícios futuros, na divisão em passivo circulante e não circulante, esse último terá como abrangência o exigível a longo prazo e o patrimônio líquido, e por final o fato de não existir mais a conta lucros acumulados. O lucro deve agora ser destinado, seja fazendo distribuição dos mesmos, aumentando o capital social ou criando-se uma conta de reserva de lucros. Ressaltando-se que essa reserva apresenta um limite de saldo que não deve ultrapassar o valor do capital social.

2.1.2 Demonstrativo do Resultado do Exercício

O Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE) é conceituado por Matarazzo (2003, p.45) como:

uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento do Ativo, através do ingresso de novos elementos [...]. As despesas representam redução do

Patrimônio Líquido, através de um entre dois caminhos possíveis: redução do ativo ou aumento do Passível Exigível.

De acordo com a lei 11.638/07 em seu art. 187, a DRE passa a ter uma alteração:

VI – as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

Segundo Hoss *et al*(2008, p. 99) o principal objetivo da DRE está em apurar o resultado, podendo esse ser negativo ou positivo, das operações geradas pelas organizações. Servindo como uma estratégia viável para tomada de decisão, já que com o balanço patrimonial e a DRE é possível estimar novos projetos para a organização.

Assim, pode se perceber que através do Demonstrativo de resultado do exercício, onde é possível visualizar as receitas geradas e as despesas incorridas em determinado período, existem informações que podem ajudar a aumentar o lucro gerado pelas operações da entidade. Isso pode ser obtido visualizando as despesas mais significativas, suas variações de período em período, e possíveis soluções para a sua diminuição, caso isso seja viável, ou mesmo a análise da evolução ou diminuição das receitas.

2.1.3 Demonstrativo de Fluxo de Caixa

O Fluxo de Caixa constitui ferramenta de fundamental importância para a boa administração e avaliação das organizações, proporcionando a identificação do processo de circulação do dinheiro, através da variação de caixa.

O demonstrativo de fluxo de caixa segundo a nova lei 11.638/07 passa a ser obrigatório para companhias fechadas, quando no fechamento do balanço o Patrimônio Líquido ultrapasse a dois milhões de reais, e de acordo com a mesma lei é conceituada e deve ser elaborada da seguinte forma:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

O grupo das operações é decorrente das atividades operacionais que são geradas pela empresa, ou seja, a exploração da atividade principal. Já no grupo dos financiamentos são os

recursos captados pela empresa para auxiliar nas atividades operacionais ou em investimentos. No ultimo grupo estão os investimentos que são as aquisições feitas de imobilizados, e conseqüentemente o valor desembolsado para adquirir esses bens.

A maioria dos autores apresenta a elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa de dois métodos diferentes: indireto e direto.

De acordo com Marion (2007, p.154) o modelo direto “explicita exatamente quanto *entrou* de dinheiro no caixa e quanto *saiu* de dinheiro, reduzindo o caixa”. Enquanto que o modelo indireto demonstra quais foram as alterações que causaram esse aumento ou diminuição, sem mostrar exatamente quanto saiu ou entrou no caixa como no modelo direto.

Marion (2007, p.436) demonstra a forma de elaboração do Demonstrativo de fluxo de caixa direto como a análise de “item por item que afeta o caixa”, e quanto foi esse valor afetado no caixa.

A elaboração do modelo indireto é semelhante a demonstração das origens e aplicações de recursos, de acordo com Hoss *et al* (2008, p. 340) é acrescentado apenas nas origens das operações as variações que ocorrem no ativo circulante.

Hoss *et al* (2008, p.346) afirma também que as variações de caixa encontradas nas duas formas de demonstrativo de fluxo de caixa são iguais, mudando apenas a forma de demonstração das origens e aplicações ocorridas no caixa.

Ainda baseado em Hoss *et al* (2008) o demonstrativo de fluxo de caixa tem fins estratégicos e gerenciais, utilizando-se valores presentes e passados para a projeção, devendo ser analisado também, além desses valores, as sazonalidades e as perspectivas do mercado em que a empresa encontra-se inserida.

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das Demonstrações Contábeis segundo Iudícibus (1998, p.20) é caracterizada como “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso”.

Matarazzo (2003, p. 27) acredita que a análise de balanço é “um trabalho fascinante para as áreas de Finanças e Contabilidade. É através dela que se podem avaliar os efeitos de

certos eventos sobre a situação financeira de uma empresa”. Permitindo ainda, uma visão dos planos da empresa, analisando o futuro, suas expectativas e seus “pontos fracos”.

A partir da análise das demonstrações contábeis os administradores, ou quaisquer grupos de usuários que venham a ter interesses por informações, visualizam a situação da organização e os possíveis rumos que a mesma está seguindo, podendo servir como um *feedback* do impacto causado pelas atitudes tomadas, e conseqüentemente para avaliar se continua com determinado processo ou se faz correções para conseguir obter resultados mais lucrativos.

Marion (2005) cita o desenvolvimento da análise em três níveis: introdutório, intermediário e avançado. No nível introdutório, são abordados apenas alguns indicadores básicos, como os índices de liquidez, de rentabilidade e de endividamento. No nível intermediário, é abordado além dos três tipos de índices já citados outro conjunto de indicadores que pode explicar melhor a situação econômico-financeira da empresa, como por exemplo, a análise da DFC, já que a mesma trás informações sobre as saídas e entradas de “caixa”. Já no nível avançado, são utilizados uma série de indicadores e instrumentos para enriquecer ainda mais as informações geradas, esses podem ser indicadores combinados, análise com ajustamento das demonstrações contábeis, entre inúmeros outros modelos.

Marion (2005) acrescenta ainda outros passos para realização da análise. O primeiro deles é a averiguação se tem acesso a todas as demonstrações contábeis que serão analisadas. Em seguida deve-se avaliar se essas têm credibilidade, ou seja, demonstram exatamente a situação da empresa. E finalmente, organizar as demonstrações, quando necessário, de forma que fiquem convenientes para a análise, trazendo informações mais claras.

A partir desses processos é possível que as análises das demonstrações tornem - se informações que possam produzir uma ação por parte dos administradores, ação essa para melhoramento das operações da entidade.

Matarazzo (2003) descreve outro modelo de processo para tomada de decisão a partir da análise, obedecendo a seguinte seqüência:

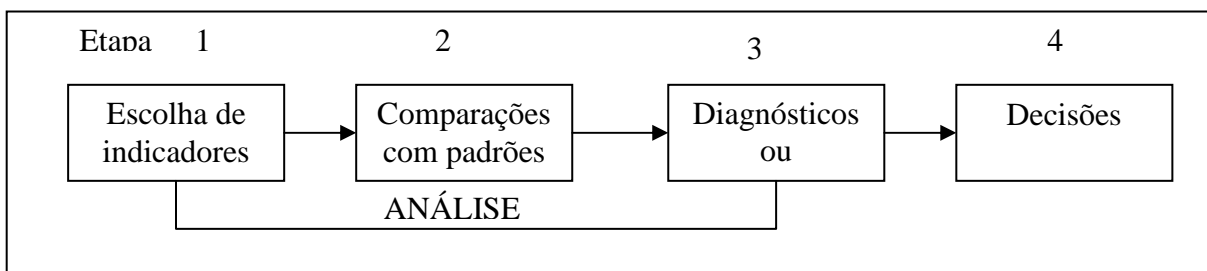


Figura 1. Processo para tomada de decisão
Fonte: Matarazzo (2003, p. 19)

Em resumo todo o processo compreende quatro fases. A primeira delas é a escolha dos indicadores que serão utilizados, dependendo do tipo de informação que se espera obter; o segundo passo é a comparação com padrões já estabelecidos, e a partir disso extrair as devidas conclusões que auxiliem na hora das tomadas de decisões.

A profundidade dessa análise está na necessidade de quem está tomando a decisão e do tipo de informação de que necessita.

Serão apresentados e conceituados a seguir alguns métodos de análise das demonstrações contábeis, iniciando-se pela análise vertical e horizontal, e posteriormente através dos índices.

2.2.1 Análise vertical e horizontal

As análises vertical e horizontal constituem uma importante etapa preparatória para análise, onde se obtêm as variações patrimoniais tanto de diferentes períodos quanto dos diversos grupos existentes nas demonstrações.

Para Costa (2004, p.9) análise vertical é definida como “o processo onde é analisada a composição de um grupo ou subgrupo de determinados elementos patrimoniais ou de resultado em determinado período, calculando a participação de cada elemento em relação ao todo”.

Matarazzo (2003, p.243) indica a fórmula de cálculo como: “o percentual de cada conta em relação a um valor-base”.

Através desse índice apresentado pela análise vertical consegue-se perceber a variação da composição dos itens contidos nas demonstrações contábeis e as alterações ocorridas nos mesmos, ano após ano. Conseguindo com isso, apurar os itens que estão trazendo maiores benefícios ou possíveis prejuízos para a empresa.

Já a análise horizontal é conceituada pelo autor Costa (2004, p.9) como “o processo desenvolvido com a finalidade de calcular a variação de um ou mais elementos em determinados períodos, buscando estabelecer tendências, se houve crescimento real ou não desse elemento”.

A análise horizontal demonstra um índice que tem como objetivo informar o crescimento ou a diminuição das contas patrimoniais e de resultado, auxiliando os

empresários a tomarem decisões com relação aos pontos negativos, e caracterizar possíveis tendências do patrimônio.

Os dois índices apresentados, avaliados em conjunto são capazes de evidenciar de forma mais completa as variações ocorridas, auxiliando nos processos de verificação dos pontos em que há a necessidade de se tomar um cuidado maior. Lembrando que para uma análise eficiente, é necessária a utilização de mais indicadores para serem discutidos juntos, como alguns que serão citados a seguir.

2.2.2 Análises através de Índices

Matarazzo (2003, p. 249) faz uma comparação entre a análise através de índices financeiros e a vertical/horizontal:

A análise através de Índices Financeiros é genérica; relaciona grandes itens das demonstrações financeiras e permite dar uma avaliação à empresa. A análise Vertical/Horizontal desce a um nível de detalhes que não permite essa visão ampla da empresa, mas possibilita localizar pontos específicos de falhas, problemas e características da empresa e explicar os motivos de a empresa estar em determinada situação.

A técnica da análise por quociente é um dos processos mais importantes desenvolvidos pela Contabilidade, já que possibilita uma avaliação dos demonstrativos contábeis e as mutações ocorridas no patrimônio de determinada entidade, tanto em suas atividades operacionais quanto na composição de endividamento da empresa.

Sendo assim, na seqüência serão abordados os conceitos dos vários índices utilizados para análise das demonstrações contábeis de uma organização.

2.2.2.1 Índices de Liquidez

Matarazzo (2003, p. 147) conceitua o índice de liquidez como “a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

É acrescentado ainda pelo autor que os índices de liquidez são extraídos do confronto dos ativos circulantes com as dívidas, buscando através desses indicadores medir o quanto é sólida, estável a situação financeira de uma empresa.

No geral, pode-se dizer que a liquidez de uma empresa esta ligada a capacidade que a mesma possui de ser lucrativa, das decisões estratégicas com relação a aplicação de dinheiro, empréstimos e também pela boa administração de seu ciclo financeiro como um todo.

A análise de liquidez é elaborada através dos seguintes índices:

2.2.2.1.1 Índices de Liquidez Corrente

Marion (2004, p. 84) conceitua o Índice de Liquidez Corrente como uma forma de analisar a capacidade que a empresa possui de pagar suas contas à curto prazo. E esse índice pode ser encontrado através da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 2. Fórmula Liquidez Corrente
Fonte: Marion (2005, p. 84).

Já Matarazzo (2003, p.172) entende como significado do índice de liquidez corrente “a margem de folga para manobras de prazos visa equilibrar as entradas e saídas do caixa. Quanto maiores os recursos, maior essa margem, maior a segurança da empresa, melhor a situação financeira”.

Através da liquidez corrente encontrada, consegue-se perceber se a empresa tem a capacidade de saldar sua dividas à curto prazo com as disponibilidades que possui também a curto prazo. Entende-se, portanto, que quanto maior esse índice melhor para a empresa, pois significa que a mesma está conseguindo cumprir com seus compromissos financeiros, seja com fornecedores ou com financiamentos.

Marion (2004) destaca alguns pontos fracos sobre o índice de liquidez corrente: o mesmo não revela a qualidade dos itens do ativo circulante, podendo ser um problema se o maior valor estiver em produtos ainda estocados; não revela também o prazo de recebimento e pagamento, ou seja, pode se ter que pagar uma conta sem que se tenha recebido ainda a receita; um último aspecto citado é a visão pessimista que o índice corrente traz, já que o

mesmo é avaliado a custo histórico podendo o bem estar valendo um valor superior no mercado.

2.2.2.1.2 Índice de Liquidez Geral

Marion (2004) interpreta o índice de Liquidez geral como a capacidade que a empresa possui de saldar suas dívidas a longo prazo.

Sua fórmula após as alterações ocorridas nas demonstrações passa a ser apresentada da seguinte forma:

$$\text{Liquidez Geral: } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Figura 3. Fórmula de Liquidez Geral

Fonte: Adaptado de Marion (2005, p. 89).

Silva (2005, p.308) acrescenta que o Índice de liquidez geral “indica quanto à empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face as suas dívidas totais”.

Portanto, o resultado obtido implica na capacidade que a empresa possui de pagar suas dívidas a curto e longo prazo, com os possíveis valores que serão recebidos a longo e os que já se possui a curto prazo. Quanto maior for melhor para a empresa.

2.2.2.1.3 Índice de Liquidez Imediata

O Índice de Liquidez Imediata é conceituado segundo Marion (2004) como a capacidade de saldar imediatamente suas dívidas de curto prazo.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades (caixa+bancos+aplicações de curto prazo)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 4. Fórmula da Liquidez Imediata

Fonte: Marion (200, p. 90).

Para efeito de análise esse índice não é muito influente, já que se supõe um pagamento de todas as dívidas a curto prazo com o dinheiro das disponibilidades, sendo que essas dívidas podem demorar um tempo ainda para vencer.

2.2.2.2 Índices de Estrutura de Capitais

A análise de estrutura de capitais de uma entidade de acordo com Silva (2005, p. 287):

envolve a composição de suas fontes de financiamento. Os fundos aplicados em ativos são provenientes dos proprietários da empresa ou de terceiros. Tanto os sócios quanto os credores esperam justa remuneração pelo fornecimento dos fundos.

Para análise dessas estruturas de capitais são utilizados os índices a seguir:

2.2.2.2.1 Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)

Segundo Silva (2005, p. 290) “o índice de imobilização do patrimônio líquido indica quanto do patrimônio líquido da empresa está aplicado no ativo permanente”.

Seu cálculo pode ser obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{IPL} = \frac{\text{Ativo não circulante} - \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Figura 5. Fórmula Imobilização do Patrimônio Líquido
Fonte: Adaptado de Silva (2005, p. 291).

Ainda de acordo com ponto de vista do autor Silva (2005) esse índice pode ser interpretado como quanto maior pior, mantendo inalterados os demais fatores, já que implica na aplicação dos recursos do Patrimônio Líquido em imobilizados, deixando esses de circularem nas operações da empresa. É destacado também que esse índice é utilizado nas decisões estratégicas quanto à expansão, compra e aluguel de equipamentos.

Schvirck (2006, p. 61) acrescenta que a análise do índice de imobilização do patrimônio líquido é relevante quando esse ultrapassar 100%, pois nesse caso, a empresa está aplicando 100% do seu capital próprio em imobilizado e o restante desse valor deve estar sendo retirado do capital circulante.

A partir dessa informação é possível o administrador visualizar o quanto os investimentos em imobilizado estão influenciando na estrutura da entidade também, e de alguma forma, na atividade da empresa.

2.2.2.2.2 Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

A participação de capitais de terceiros é o índice que de acordo com Silva (2005, p.293) “indica o percentual de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos”.

Seu calculo, já adaptado com a nova estrutura das demonstrações, pode ser encontrado através da presente fórmula:

$$\text{PCT} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Figura 6. Fórmula de Participação de Capitais de Terceiros
Fonte: Adaptado de Silva (2005, p. 293).

Matarazzo (2003, p.154) analisa que “do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses Terceiros”.

Os empréstimos com terceiros devem ser realizados com muita cautela por parte dos administradores, já que muitas vezes é pago altas taxas de juros para isso, e conseqüentemente pode levar a diminuição do retorno do investimento efetuado, deixando de ser viável para a empresa. E também, pela dependência que diversos empréstimos e financiamentos podem gerar. Para resolver esses impasses e evitar futuros problemas a melhor alternativa é a execução de planejamentos para analisar o quanto é viável determinado projeto e se não há a possibilidade de investir dinheiro próprio. Lembrando que deve ser observada qual a melhor forma de investimento, analisar o capital mais viável, ou seja, se dinheiro captado de terceiros ou dinheiro próprio.

De acordo com essa afirmação, Matarazzo (2003) ressalta que do ponto de vista de obtenção de lucros, a opção de captar recursos de terceiros pode ser vantajosa, desde que a aplicação desses valores rendam um lucro maior do que a remuneração que deverá ser paga aos Terceiros.

2.2.2.2.3 Composição do Endividamento (CE)

A Composição do Endividamento é conceituado por Silva (2005) como a relação do valor total da dívida que a empresa possui, com o que deve ser pago a curto prazo.

Em consequência da lei 11.638/07 e da alteração que a mesma acarretou no exigível a longo prazo, a fórmula da composição do endividamento também sofreu alterações e passa a ser apresentada da seguinte forma:

$$CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}} \times 100$$

Figura 7. Fórmula da Composição do Endividamento

Fonte: Adaptado de Silva (2005, p. 296).

Matarazzo (2003, p.158) cita com relação à composição do endividamento:

O ideal em termos financeiros é a empresa dispor de Patrimônio Líquido suficiente para cobrir o Ativo Permanente e ainda sobrar uma parcela – CCP = Capital Circulante Próprio – suficiente para financiar o Ativo Circulante. (Por suficiente entende-se que a empresa deve dispor da necessária liberdade de comprar e vender sem precisar sair o tempo todo correndo atrás de bancos).

A partir da composição do endividamento é possível aos administradores ou acionistas a visualização e análise de quanto a empresa possui de dívidas, seja a curto ou longo prazo, conseqüentemente averiguando a necessidade maior de capital para quitação das mesmas também a curto ou longo prazo.

2.2.2.3 Índices de Lucratividade e desempenho

Os índices de retorno representam para Iudícibus (1998, p.105):

a velocidade com que os elementos patrimoniais de relevo se renovam durante determinado período de tempo [...]. A importância de tais quocientes consiste em expressar relacionamentos dinâmicos – daí a denominação de quocientes de atividade (rotatividade) – que acabam, direta ou indiretamente, influenciando bastante na posição de liquidez e rentabilidade.

Os índices de lucratividade e desempenho correspondem ao giro do ativo, retorno sobre as vendas, retorno sobre o ativo e o retorno sobre o patrimônio líquido. Esses índices são responsáveis pelo fornecimento de dados sobre os retornos dos investimentos feitos, tanto pelos acionistas quanto pela própria empresa, visualizando, conseqüentemente, se esses são viáveis ou não.

2.2.2.3.1 Giro do Ativo (GA)

Segundo Silva (2005, p.258) o giro do ativo “é um dos principais indicadores da atividade da empresa. Estabelece relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, que estão representados pelo ativo total médio”.

$$GA = \frac{\text{Venda Líquida}}{\text{Ativo total médio}}$$

Figura 8. Fórmula do Giro do Ativo
Fonte: Silva (2005, p. 258).

O autor ressalta que para uma análise mais rápida pode se utilizar o ativo total médio, e desde que não tenha havido mudanças expressivas no ativo total.

Iudícibus (1998, p.109) acrescenta ainda que nesse índice “a finalidade é verificar qual o ativo específico cujo giro por demais lento está contribuindo negativamente para o giro lento do ativo total”.

Em síntese, o índice que corresponde ao giro do ativo mostra quanto do valor das operações correspondem ao valor do ativo total médio, ou seja, quantas vezes as operações da entidade fazem girar o ativo, contribuindo também com a identificação de possíveis problemas com valores do ativo, que estão parados por exemplo.

2.2.2.3.2 Retorno sobre as Vendas (RSV)

O retorno sobre as vendas por Silva (2005, p.261) “compara o lucro líquido em relação as vendas líquidas do período, fornecendo o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação ao faturamento”.

$$\text{RSV} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas líquidas}}$$

Figura 9. Fórmula do Retorno sobre as Vendas
Fonte: Silva (2005, p. 261).

Alguns autores denominam esse índice como margem líquida, sendo importante para a visualização do percentual de retorno que a empresa está conseguindo atingir em suas operações principais. A análise do retorno sobre as vendas pode ser útil para o estudo da política adotada pela empresa em relação as vendas, como por exemplo, preço de venda e as despesas incorridas, podendo com isso maximizar os lucros, ou seja, aumentar as diferenças percentuais entre despesas e receitas.

2.2.2.3.3 Retorno sobre o Ativo (RSA)

Matarazzo (2003, p.179) analisa com relação ao retorno sobre o ativo que:

Esse índice mostra quanto à empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao Ativo. É uma medida do potencial de geração do lucro da parte da empresa. Não é exatamente uma medida de rentabilidade do capital [...] mas uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano.

Seu cálculo pode ser obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{RSA} = \frac{\text{Lucro líquido} \times 100}{\text{Ativo total médio}}$$

Figura 10. Fórmula do Retorno sobre o Ativo
Fonte: Silva (2005, p. 263).

Silva (2005) interpreta esse índice como quanto maior melhor.

Atribui-se a este índice o demonstrativo do quanto a empresa esta recebendo em seu faturamento em relação ao ativo, ou seja, em relação aos investimentos que foram feitos na entidade para que pudesse gerar esse lucro, e com isto, analisar se está sendo positivo ou negativo, no caso de não estar dando retorno. E é devido a esse procedimento que surge a conceituação de quanto maior melhor, já que significa que a empresa está tendo retornos. Em resumo é o valor recebido para cada real investido na entidade.

2.2.2.3.4 Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL)

Toda entidade é constituída com a finalidade de geração de lucro e como consequência dar retorno aos investimentos dos acionistas ou sócios. Esse retorno pode ser medido através do presente índice.

Silva (2005, p.268) diz que “O índice de retorno sobre o patrimônio líquido (*Return on Equity – ROE*) indica quanto de prêmio os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos no empreendimento”.

Seu valor é encontrado segundo o seguinte calculo:

$$RSPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido médio}} \times 100$$

Figura 11. Fórmula do Retorno sobre o Patrimônio Líquido
Fonte: Matarazzo (2003, p. 180).

Matarazzo (2003, p.181) acrescenta:

O papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como Caderneta de Poupança, CDBs, Letras de Câmbio, Ações, Alugueis, Fundos de Investimentos, etc. Com isso pode-se avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

É importante ao sócio a informação de quanto seu dinheiro está rendendo dentro da entidade, para que seja possível um planejamento, se houver necessidade, de melhorar as operações da entidade ou até mesmo para criação e estudo de opções de investimento mais rentáveis, se for o caso.

Íudicibus (1998) ressalta que a importância desse índice está no fato que o mesmo expressa os resultados totais gerados pela gerência na administração dos recursos próprios e de terceiros, em benefício dos sócios.

2.2.3 Capital Circulante Líquido

O capital circulante líquido (CCL) de acordo com Hoss *et al* (2008, p. 325) é obtido pela “diferença entre o ativo circulante com o passivo circulante”.

É demonstrado através do capital circulante líquido a “sobra ou a falta financeira de dinheiro a curto prazo” que a empresa possui. Dentro desse contexto, o CCL pode se apresentar de três formas: positivo, negativo ou nulo. Esse último dificilmente ocorre nas empresas, pois seu valor é zero, ou seja, ativo circulante é igual ao passivo circulante, e o que se percebe é que quase sempre há uma variação mesmo pequena entre os circulantes das entidades.

Hoss *et al* (2008) analisa o CCL como sendo positivo quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante, tendo-se assim uma situação favorável para a empresa, pois nesse caso a entidade possui mais recursos do que dívidas para quitar a curto prazo.

Segundo o mesmo autor o CCL é negativo quando a situação ocorre ao inverso, ou seja, o passivo circulante líquido é maior, necessitando de caixa a curto prazo, não tendo assim uma situação favorável para a entidade.

É importante a análise do capital circulante líquido para verificar a composição e a proporção entre os circulantes da empresa, circulante esse que geralmente é composto pelos ativos e passivos operacionais, ou seja, pelas atividades principais da entidade.

2.2.4 Alavancagem Financeira

O grau de alavancagem financeira segundo Matarazzo (2003, p. 398) é calculada através da presente fórmula:

$$\text{GAF} = \frac{\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido}}{\text{Retorno sobre o Ativo}}$$

Figura 12. Grau de Alavancagem Financeira
Fonte: Matarazzo (2003, p. 398).

Esse índice torna-se importante na administração das entidades no que se refere as formas de financiamento, fornecendo um estudo se é viável ou não a aquisição de financiamentos com terceiros ou a utilização somente de capitais próprios, apresentando a opção mais rentável.

Matarazzo (2003, p. 397) considera que “o retorno do capital próprio de uma empresa depende tanto da rentabilidade do negócio quanto da boa administração financeira”.

Hoji (2001, p. 183) acrescenta que alavancagem financeira “ocorre quando o capital de terceiros produz efeitos sobre o patrimônio líquido. O processo é como se o capital de terceiros, utilizando-se de uma “alavanca”, produzisse efeitos sobre o patrimônio líquido”.

Assim, a rentabilidade de determinada entidade e sua administração apresentam um ponto essencial na descoberta da melhor forma de financiamento, ou seja, o meio em que será possível gerar mais lucros e conseqüentemente retorno para os proprietários, principais interessados.

Ainda segundo Hoji (2001) o grau de alavancagem pode ser interpretado de três maneiras: quando for obtido resultado igual a 1 significa que a empresa possui uma alavancagem financeira nula; no caso do resultado acima de 1 representa uma situação favorável, onde a empresa está obtendo retornos com os empréstimos adquiridos de terceiros, e finalmente quando do valor encontrado for menor do que 1 a situação está desfavorável significando que os recursos de terceiros não estão contribuindo para o aumento de retornos na empresa e há a necessidade de reavaliar a estrutura de capital da empresa.

Sendo assim, o grau de alavancagem torna-se uma ferramenta útil para os administradores quando na necessidade de averiguar a utilização de capital de terceiros, demonstrando até que ponto essa captação de recursos pode ser benéfico ou prejudicial para a organização, devendo manter um índice superior a 1.

3.0 ESTUDO DE CASO

3.1 EMPRESA

A empresa estudada iniciou suas atividades com a missão que mantém até os dias de hoje, de “Fornecer produtos e serviços que possibilitem à empresa/supermercado projetar-se no mercado com a fidelização de seus clientes, obtendo lucros crescentes e traduzindo-se numa evolução contínua com resultados otimizados”.

Suas atividades iniciaram em 1991 com o desenvolvimento do primeiro sistema, o qual apurava controles financeiros convencionais, apurando custos, acompanhando a lucratividade e fornecendo também a sugestão de remarcação de preços. Mas foi partir de 1994/1995 que a empresa iniciou um projeto completamente novo com o propósito de automação comercial e integração de supermercados de uma mesma rede.

Sendo assim, a principal atividade da empresa está no desenvolvimento e licenciamento de software na área de automação comercial, principalmente para o ramo supermercadista. Desde seu surgimento até os dias atuais a empresa sofreu inúmeras evoluções acompanhando as transformações ocorridas no mercado, tal dedicação possibilitou a empresa fornecer produtos/serviços dentro das mais altas concepções de tecnologia e gerenciamento.

O que pode se perceber é que ao longo destes 18 anos, a empresa vem agregando valor a todos os produtos e serviços prestados aos supermercados. Esta dedicação ao setor permitiu o desenvolvimento de vários projetos que sempre puderam antever as mudanças e necessidades específicas que surgiram no período, colocando seus clientes numa posição privilegiada em relação aos concorrentes.

3.1.1 Considerações Gerais

O Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultado são tidas como as demonstrações mais importantes fornecidas pela contabilidade, já que apresentam todos os

bens, direitos e obrigações, além das despesas incorridas na entidade pelas atividades. Porém para a tomada de decisões, de nada adianta apenas dados isolados, se não for feita uma análise clara das mutações e de como essas afetam a atividade ou até mesmo o capital dos sócios. Daí a importância de fazer a interpretação das demonstrações contábeis, para sanar essa necessidade de informações adicionais pelos usuários internos.

Dentro desses aspectos, para ser executado este trabalho, deve ser citado, que com a finalidade de que as avaliações fossem as mais corretas possíveis, e também atualizadas, foi necessário fazer algumas adaptações às novas normas estabelecidas pela lei 11.638/07 e suas alterações. As demonstrações contábeis do período estudado precisaram também ser padronizadas já que no período selecionado para análise a entidade acabou trocando o contador, os quais adotavam alguns procedimentos de escrituração diferentes.

Outros aspectos a serem citados com relação a empresa estudada é no sentido de que a mesma é usuária do sistema de tributação pelo lucro presumido, isso explica o não aparecimento da conta depreciação, por exemplo. Atualmente a empresa está implantando este tipo de informação, com o objetivo de tornar a contabilidade mais informativa do ponto de vista gerencial. A empresa não utiliza também, como pode ser visualizada na DRE no anexo A, a divisão entre custos e despesas, sendo todos os custos lançados diretamente como despesas, surge aí mais um ponto necessário de adaptações pela contabilidade da empresa para tornar a contabilidade a mais correta possível.

Assim, utilizando-se dos conceitos abordados sobre análise avaliação vertical e horizontal além dos índices de liquidez, de estruturas de capitais e de desempenho e lucratividade, aplicou-se nos demonstrativos da empresa, os procedimentos necessários, a fim de averiguar a situação patrimonial e financeira da entidade, obtendo os resultados que serão analisados a seguir.

Com relação ao questionário aplicado, foram limitados apenas aos usuários internos da entidade, visualizando assim, a propagação e a importância dessas análises pelos usuários que necessitam tomar decisões internamente, ou seja, a respeito da administração do departamento ou da empresa em geral.

3.2 AVALIAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL

Inicialmente para a análise da empresa foram observadas as principais alterações ocorridas nas contas do balanço patrimonial e demonstrativo de resultado dos respectivos anos de 2005 a 2008, avaliando também, as influências dessas contas com relação aos valores totais da entidade. O objetivo do estudo da análise vertical e horizontal está em identificar as contas que sofreram maior variação, observando os impactos positivos e negativos ocasionados pelas mesmas.

Na empresa estudada as contas do ativo, como pode ser observado no anexo A deste trabalho, que possuem um percentual mais significativo com relação ao ativo total são as duplicatas a receber e o imobilizado, compreendendo quase 90% do total do ativo, com exceção do ano 2005 o qual possui também um valor alto em disponibilidades, compreendido basicamente de aplicações financeiras. Já no passivo os valores mais expressivos estão no Patrimônio Líquido, ou seja, as contas de lucros acumulados e capital social, sendo esse um ponto extremamente positivo para a empresa, pois demonstra a baixa dependência com relação a terceiros.

No aspecto da evolução, como a análise horizontal do balanço, conclui-se que o ativo total e consequentemente o passivo, tiveram um aumento em todos os anos, isso pode ser observado através da demonstração feita pelo gráfico 1. Porém, sua maior variação deu-se no ano de 2005 para 2006, alcançando aproximadamente 30%, onde no ativo a empresa obteve um aumento bastante significativo das duplicatas a receber e do imobilizado.

Estudando e visualizando a evolução da empresa percebe-se que essa aquisição de imobilizado foi devido a construção da nova matriz, aumentando em quase 50% os seus bens. Porém, essa imobilização ocasionou uma queda considerável nas aplicações iniciais da entidade.

No passivo, do mesmo período, sua variação deu-se especialmente pelo aumento das obrigações tributárias e do patrimônio líquido, onde se integralizou mais capital, além dos lucros do exercício da atividade principal.

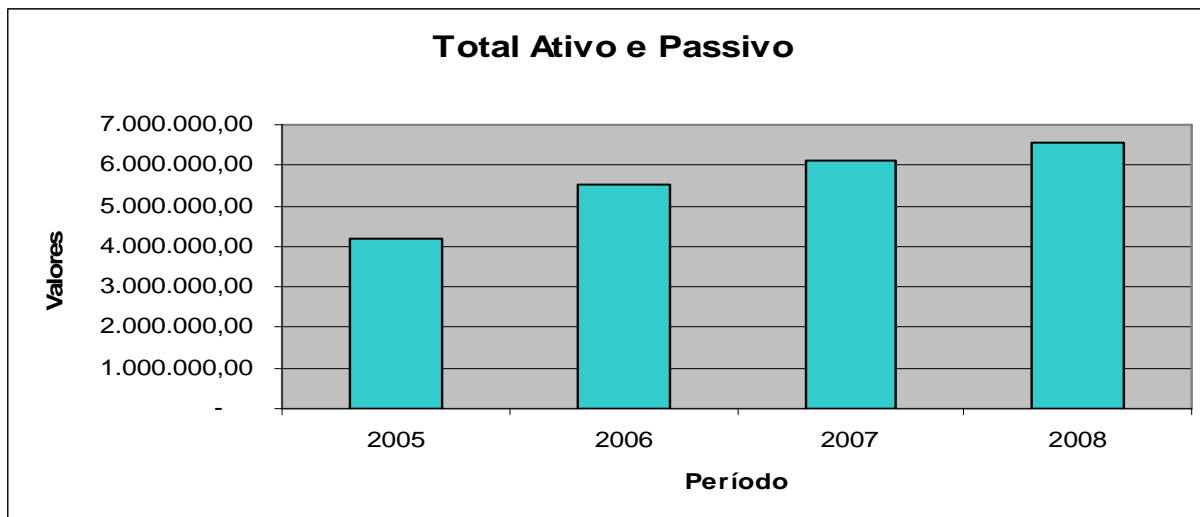


Gráfico 1. Variação do Ativo e Passivo de 2005 a 2008.
Fonte: Dados do estudo de caso.

Analisando de forma mais ampla, ou seja, de 2005 a 2008, em todos os anos essas variações “positivas” do ativo ocorreram em função principalmente do aumento da conta duplicatas a receber e também da aquisição de imobilizado, além do que, de 2007 a 2008 houve um aumento de 260% no disponível. Já as contas pertencentes ao realizável a longo prazo surgiram e aumentaram nos dois últimos anos, em razão de um consórcio realizado pela empresa.

Com relação a DRE, a qual também pode ser visualizada no anexo A, é possível a visualização de um aumento contínuo das receitas e despesas operacionais, sendo possível perceber também que a proporção de aumento das receitas foi superior ao aumento das despesas, acarretando um aumento real do lucro no período, com exceção do ano 2005 para 2006, conforme pode ser percebido através do gráfico 2.

No ano de 2005 para 2006 as despesas tiveram um grande crescimento tanto as financeiras como as operacionais. Isso pode ser observado pelo crescimento de quase 246% nas despesas financeiras e diminuição das receitas financeiras, acarretando uma variação de mais de 780% nessas operações financeiras. As despesas operacionais como com pessoal, tributária e administrativa também tiveram um crescimento considerável, aumentando em uma proporção maior que a própria receita operacional. Assim, percebe-se que nesse período o lucro diminuiu de uma proporção de 42,5% para 37%.

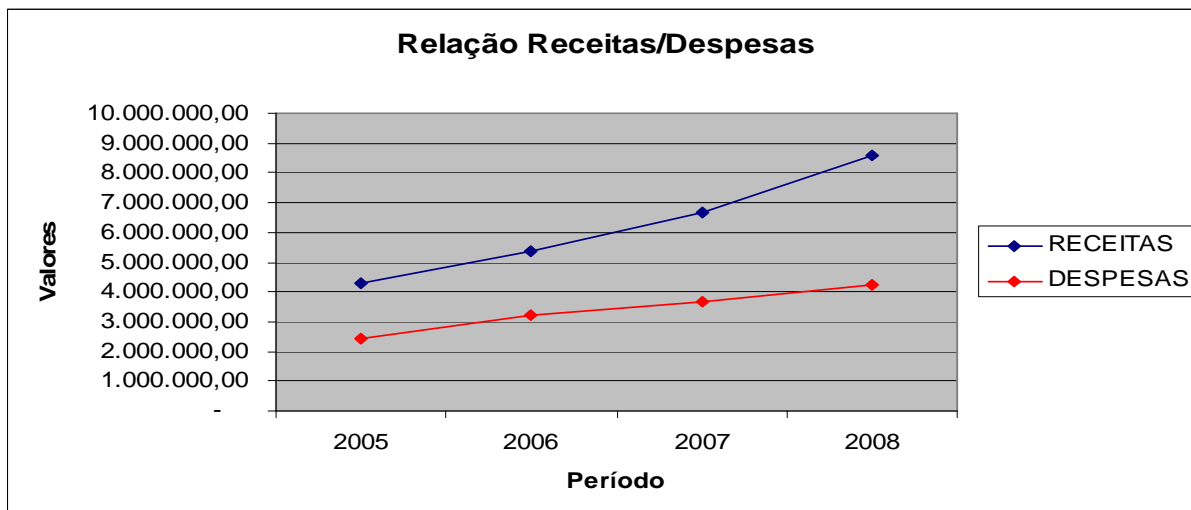


Gráfico 2. Relação de receitas e despesas de 2005 a 2008.
Fonte: Dados do estudo de caso.

Nos anos seguintes houve uma diminuição nas despesas administrativas, mas as demais continuaram a aumentar. Porém, esse aumento agora foi em proporção menor que as receitas, conseqüentemente proporcionando uma variação maior entre receita e despesa, ocasionando assim, um aumento dos lucros.

3.3 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Estudou-se os índices de liquidez da entidade com a finalidade de obter a situação da empresa frente a seus compromissos financeiros, ou seja, como o próprio nome diz a capacidade de liquidação da empresa. Lembrando que para análise da empresa em questão não foi citado o índice de liquidez seca, isso ocorreu pelo fato da entidade ser prestadora de serviços, e conseqüentemente não possuir estoques para serem avaliados.

O índice de liquidez corrente, como demonstrado no gráfico 3, apresentou uma diminuição significativa do ano de 2005 para 2008, porém, apesar dessa grande variação a entidade possui ainda uma boa capacidade para quitar suas dívidas a curto prazo.

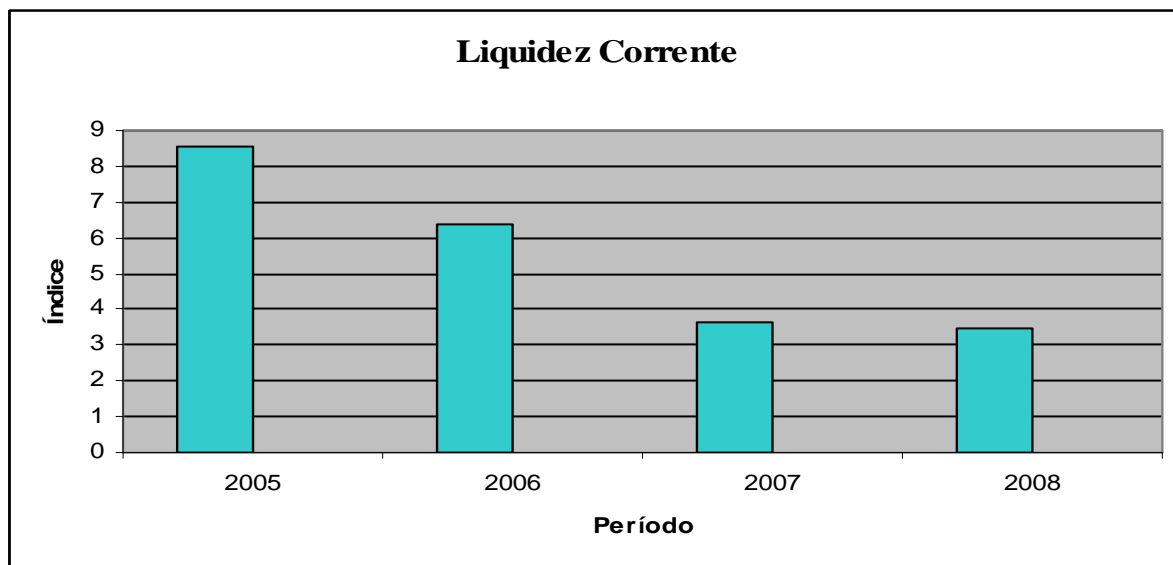


Gráfico 3. Índice de Liquidez Corrente.
Fonte: Dados do estudo de caso.

O índice de liquidez corrente demonstra o quanto a empresa possui de capital a curto prazo caso fosse necessário quitar suas dívidas também a curto prazo. Nesse sentido, percebe-se que a situação da empresa apresenta-se em boa condição, já que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui atualmente R\$ 3,46 reais de ativo. Um ponto importante a ser observado é que além da queda gradativa da capacidade de pagamento, a qualidade dos itens que compõe esse ativo circulante, nesse caso, sua maior parte está comprometida com a conta clientes, portanto poderá demorar certo tempo para sua conversão em dinheiro.

A vantagem deste tipo de entidade que trabalha no ramo de prestação de serviços é não possuir, por exemplo, a conta estoques como as empresas que vendem mercadorias, onde, às vezes, é necessário esperar mais tempo, desde a sua venda até o recebimento, além do risco dos produtos tornarem-se obsoletos. Porém, cabe ressaltar no caso da empresa estudada também existem riscos, como por exemplo, a conta clientes, a qual pode vir a não ser recebida, sendo esse risco muitas vezes maior até que os problemas gerados com o estoque, como já citado.

Tratando agora do índice de liquidez geral é possível observar o quanto de bens e direitos a empresa possui para quitar seu total de dívidas com terceiros, sejam elas a curto ou longo prazo. É observado através do gráfico 4, que a entidade apresentou uma queda considerável em sua capacidade de quitação das suas dívidas. Observando o balanço, percebe-se que o principal motivo dessa queda encontra-se na diminuição contínua das

disponibilidades, porém voltando a se recuperar em 2008, e pela aquisição de financiamentos que inicialmente não existiam, além dos aumentos nas despesas das operações da entidade.

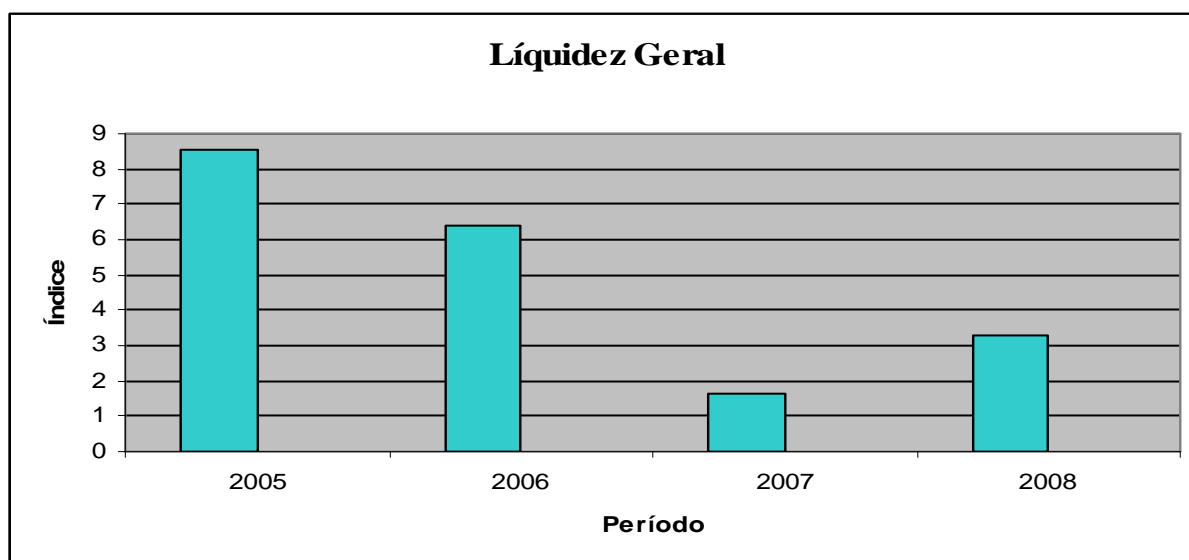


Gráfico 4. Índice de Liquidez Geral.
Fonte: Dados do estudo de caso.

No ano de 2007, onde se teve o menor índice, foi oriundo principalmente da conta dos lucros que deveriam ser pagos aos sócios. Com essa queda considerável, é importante a observação por parte dos sócios, se realmente está sendo distribuído o valor correto dos lucros, de forma que não descapitalize ou venha a descapitalizar a organização.

Mas em resumo, esse resultado alcançado, apesar da queda, ainda apresenta-se em uma situação favorável, já que para cada R\$ 1,00 da dívida total a empresa possui R\$ 3,47 de direitos e bens, não oferecendo risco ou risco mínimo a entidade. Sendo assim, cabe ressaltar já que os valores apresentados pela liquidez geral envolve períodos a longo prazo, além de apresentarem uma folga considerável, poderiam ser utilizados em investimentos, ou seja, ser aplicado estes montantes de maneira que não fiquem parados e consequentemente aumentarem os lucros da empresa, gerando um retorno financeiro.

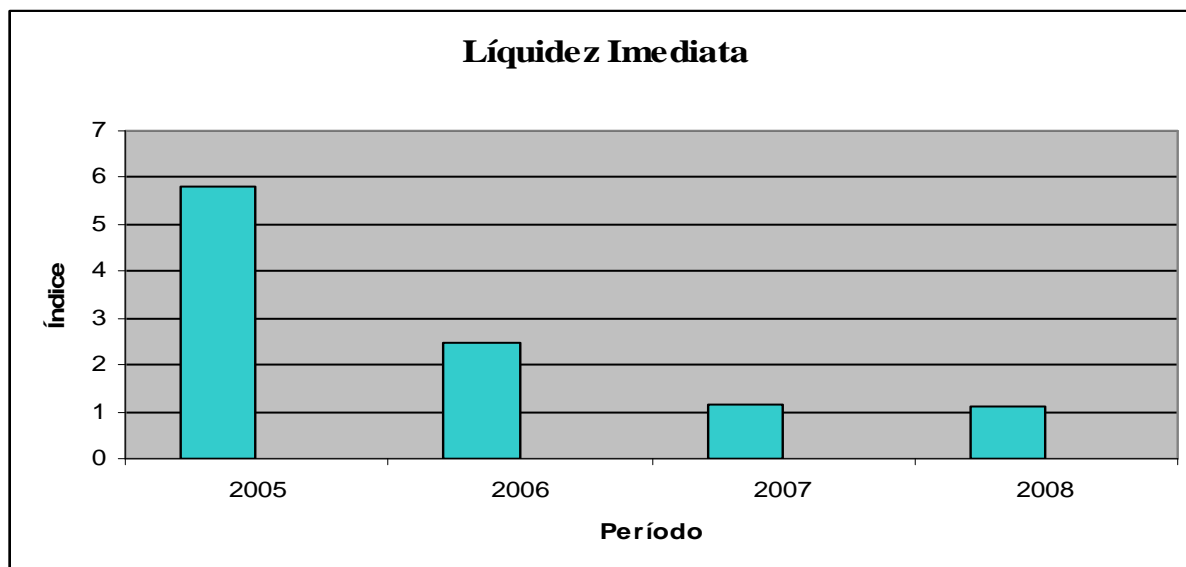


Gráfico 5. Índice de Liquidez Imediata
Fonte: Dados do estudo de caso.

Citando, agora a interpretação da liquidez imediata, a qual não é muito influente quando se fala em análise das demonstrações contábeis, já que supõe uma situação em que é necessário a entidade quitar todas as suas dívidas em um único momento. Visualizando do ponto de vista do cotidiano das entidades isso geralmente não ocorre, já que as mesmas costumam fazer programações dos empréstimos e dívidas em gerais, quitando-as a curto e longo prazo, ou seja, em períodos distintos.

Nesse caso será interpretado pelo resultado obtido, já que demonstra que em uma hipótese de necessidade de quitação de todas as dívidas, atualmente a empresa possui capital o suficiente para saldá-las e ainda sobra determinada porcentagem aos sócios, podendo ser percebida essa “sobra” principalmente nos dois primeiros anos.

Em resumo, analisando de forma conjunta todos os índices de liquidez, consegue-se perceber a situação ainda confortável da entidade, já que a mesma consegue quitar todas as suas dívidas em qualquer momento, porém deve-se levar em consideração a queda acentuada ocorrida. É necessário que sejam tomadas algumas providências por parte dos administradores, visualizando os pontos que podem ser reestruturados, seja diminuindo despesas, investimentos ou até mesmo a distribuição aos sócios, de forma que a empresa não continue a ter queda em seus índices.

Mas, apesar das diminuições a presença de bons índices de liquidez é característica de empresas prestadoras de serviços, as quais possuem geralmente bens e disponibilidades em maior quantidade, e também pelo fato de que sua maior despesa está em mão de obra,

impostos e despesas comerciais, diferentemente de empresas comerciais que possuem um custo maior para comprar o produto para revender.

3.4 ÍNDICES DE ESTRUTURA DOS CAPITAIS

Os índices de estrutura de capital são analisados com o intuito de averiguar como está sendo aplicado o capital financeiro da entidade, a composição dos ativos permanentes e a porcentagem de capital de terceiros adquiridos. Sua importância está em analisar o quanto do capital está comprometido com terceiros e como está sendo utilizado o capital dos sócios.

Analisando então, inicialmente o índice de imobilização do patrimônio líquido, o qual diz respeito especificamente a destinação do capital próprio, seja com relação à aquisição de imobilizados de uso da empresa ou para financiamento de suas atividades. Sua interpretação torna-se necessária quando ocorrer à necessidade de avaliar projetos de expansão de imobilizados, e conseqüentemente visualizar o quanto de capital está deixando de ser investido na atividade principal da empresa.

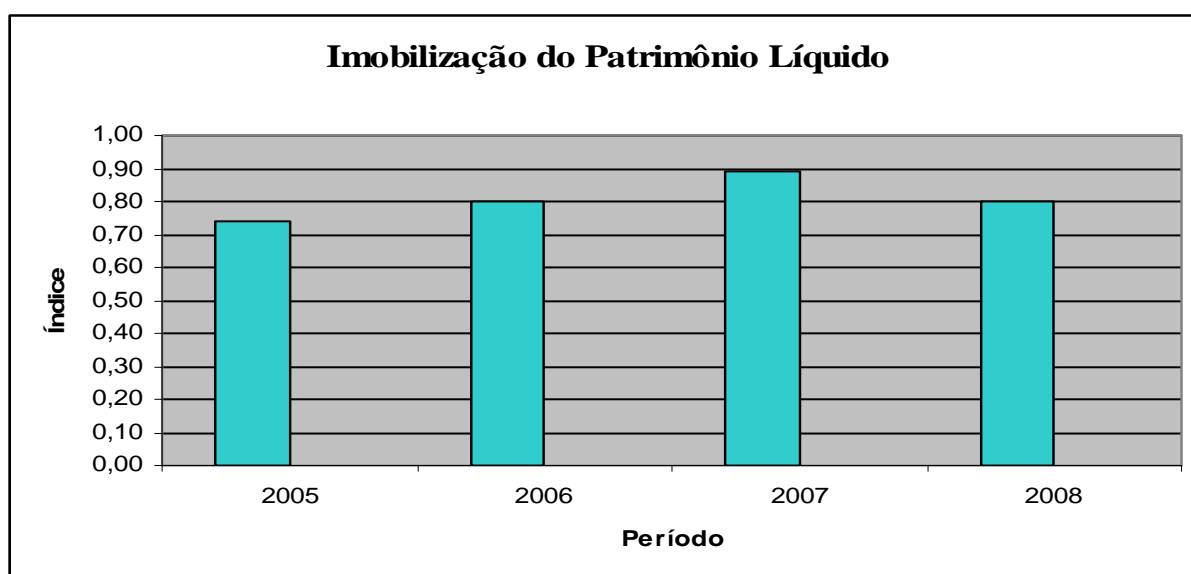


Gráfico 6. Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido
Fonte: Dados do estudo de caso.

De acordo com o gráfico anterior, a empresa apresentou desde 2005 mais de 70% de seu capital próprio em investimentos imobilizados, tendo seu pico no ano de 2007 onde alcançou um percentual de 90%. Nesse sentido, cabe aos sócios averiguar se este percentual tão alto em investimentos físicos está ou não prejudicando a atividade da entidade, já que os rendimentos são aplicados em grande parte em imobilizados, nesse caso deixando apenas uma pequena parte na atividade. Um aspecto benéfico destes investimentos está na não necessidade de captar recursos de terceiros para essas ampliações, podendo ser feitas totalmente com o capital oriundo da própria entidade.

Esse último aspecto citado anteriormente pode ser percebido quando analisado o gráfico 7 “capital de terceiros”, o qual demonstra percentuais baixos de dependências em relação a capitais de terceiros.

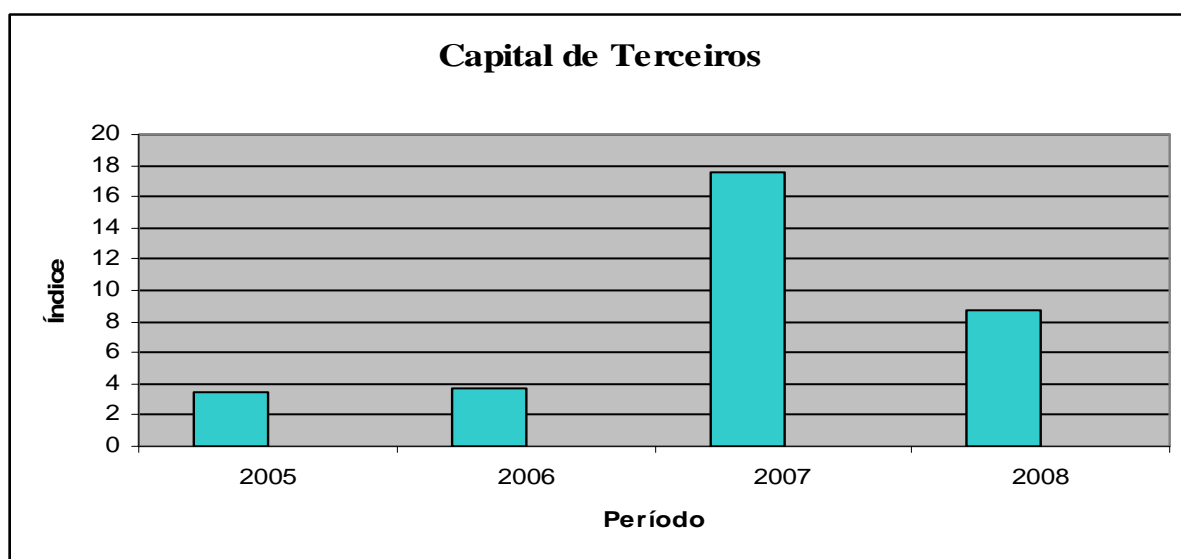


Gráfico 7. Estrutura de Capitais de Terceiros.

Fonte: Dados do estudo de caso.

O capital de terceiros é um valor quase que insignificante em relação ao valor total de capital próprio atualmente. Os dois primeiros anos, 2005 e 2006, a empresa não possuía nenhum empréstimo, sendo financiada totalmente por capital próprio. O ano de 2007 foi em que se apresentou uma maior diferença, porém essa grande alteração se deu devido ao surgimento da conta de lucros a pagar, não sendo nesse caso, uma dívida com terceiros, mas sim com os próprios sócios. Sendo assim, os valores que correspondem ao gráfico acima são despesas operacionais, ou seja, oriundas das atividades. No ano de 2008, a empresa

apresentou uma queda, voltando a estabilizar, com empréstimos a longo prazo correspondendo a 6,2% e a curto prazo 9,2% do exigível total da entidade.

É necessário ser observado que além das quedas nos índices de liquidez, como já citado anteriormente, a empresa apresentou também uma pequena dependência de capitais de terceiros, sendo esse aumentado não somente por empréstimos, mas também pelo aumento nas despesas a curto prazo necessárias a execução da atividade.

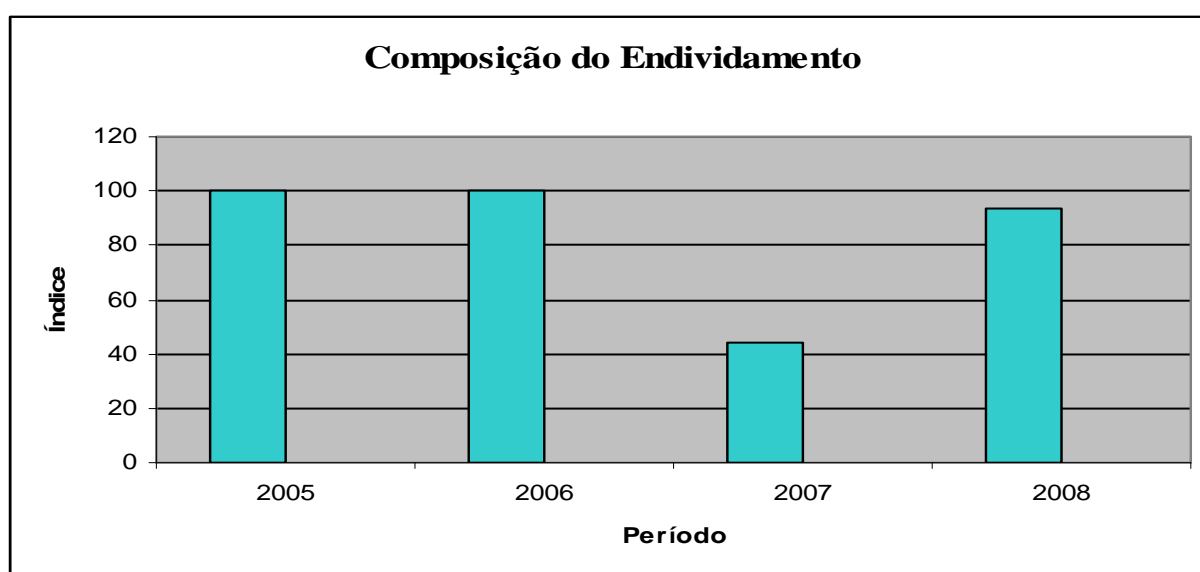


Gráfico 8. Composição do Endividamento.

Fonte: Dados do estudo de caso.

A composição do endividamento é o percentual que compõe as dívidas de curto e de longo prazo. No caso da empresa citada, nos dois primeiros anos as dívidas eram totalmente a curto prazo, porém não aparentando uma situação de risco já que seus valores são pequenos comparado com o lucro gerado pela entidade no mesmo período. E também pelo fato de ser composto apenas por despesas geradas pela atividade da empresa, não apresentando empréstimo com terceiros. Já no ano de 2007 a composição de endividamento é basicamente mais de 50% a longo prazo, voltando a manter o nível dos anos anteriores no período seguinte.

Em síntese, os índices da estrutura de capitais apresentam-se com situação favorável a entidade, já que sua dependência de capital de terceiros é baixa graças a boa lucratividade que a empresa obtém, conseguindo financiar totalmente suas despesas e investimentos. E esses investimentos em imobilizado pode ser um dos fatores que levaram a entidade a diminuir sua liquidez.

3.5 ÍNDICES DE LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO

Os índices de lucratividade e desempenho demonstram o quanto a empresa está obtendo de retorno através de sua atividade principal. Nesse sentido, é possível perceber qual o retorno das decisões que estão sendo tomadas pela administração/sócios ou até mesmo como as atividades desempenhadas pelos colaboradores, estão sendo influentes na lucratividade da entidade.

O giro do ativo corresponde à rotatividade da receita obtida com as vendas em relação ao ativo total médio. É evidenciado com que eficiência a empresa utiliza seus ativos para gerar suas vendas, demonstrando com isso a produtividade da entidade.

Sua interpretação está relacionada como quanto maior melhor. Na empresa em questão, percebe-se que se consegue fazer girar mais de uma vez o valor do ativo. Nos anos estudados, houve um aumento nesse giro, subindo de 1,10 para 1,35.

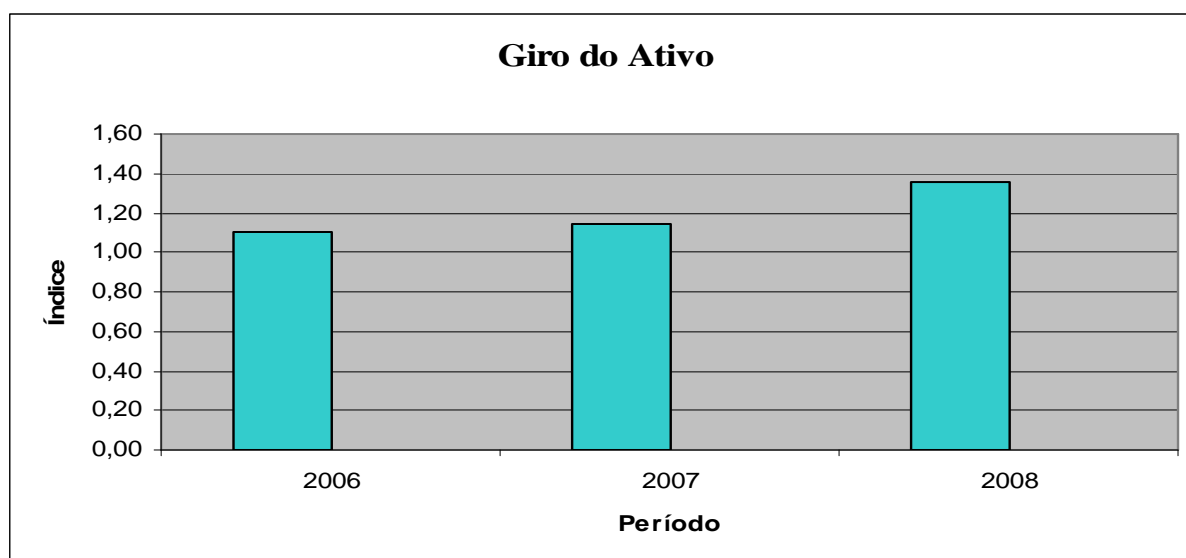


Gráfico 9. Giro do Ativo
Fonte: Dados do estudo de caso.

Já através do retorno sobre as vendas corresponde ao percentual da receita que realmente é lucro da empresa, ou seja, quanto de lucro determinada receita está gerando. A importância de sua interpretação está em observar a porcentagem que a entidade está gerando de lucro, analisando assim a sua viabilidade. Além de possibilitar também a identificação do

percentual de despesas que as atividades geram. Essa identificação é fundamental para monitorar o aumento e redução das mesmas, conseguindo com isso administra-la de forma que mantenha sempre um nível confortável de lucratividade.

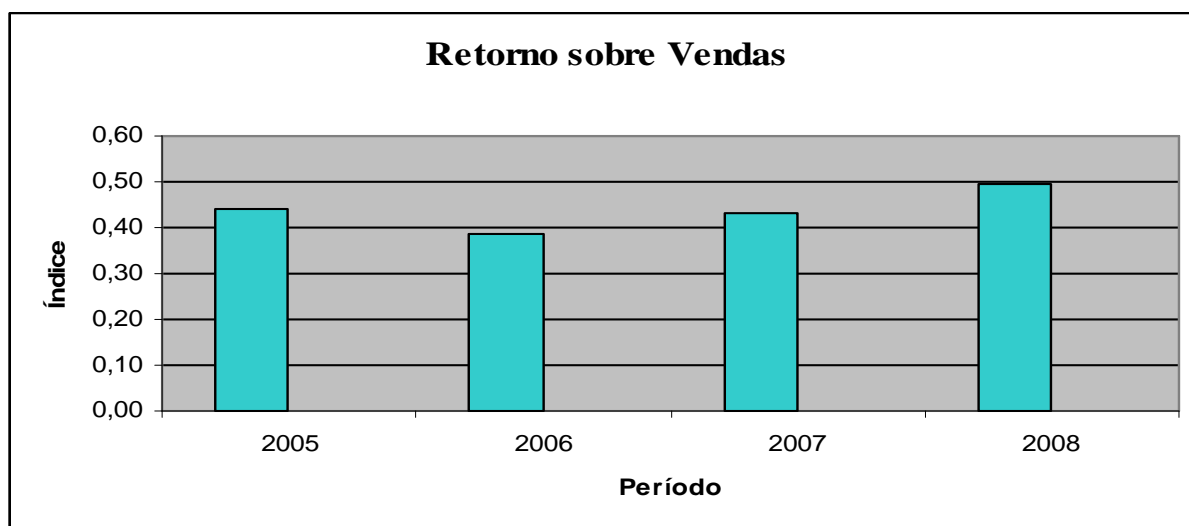


Gráfico 10. Retorno sobre vendas
Fonte: Dados do estudo de caso.

Na empresa estudada, como pode ser observado no gráfico 10, o índice de retorno sobre as vendas apresentou uma queda de 2005 para 2006, isso ocorreu devido ao aumento considerável em todas as despesas. Mas nos demais anos houve um crescimento constante. Seu resultado maior alcançado foi em 2008, quando obteve um retorno de quase 50%.

Esse faturamento, geralmente só é possível ser encontrado em empresas prestadoras de serviços, as quais têm despesas “pequenas” se comparado com empresas comerciais ou industriais, empresas essa que tem um alto custo para aquisição de estoque e matéria-prima.

É possível averiguar que esse aumento sobre o retorno das vendas influencia diretamente no retorno sobre o ativo e nos demais, como será analisado a seguir. Sendo nesse caso fundamental o estudo das despesas e receitas e sua evolução ano após ano, a fim de melhor interpretar esses resultados, visando sempre a maximização dos lucros, ou seja, aumentar esses lucros com qualidade.



Gráfico 11. Retorno sobre o Ativo.
Fonte: Dados do estudo de caso.

Como já apresentado anteriormente a empresa está gerando um bom resultado, ou seja, está sendo lucrativa, e conseqüentemente se comparado com o ativo total seu retorno também é benéfico, já que apresentou um retorno mínimo de aproximadamente 40%.

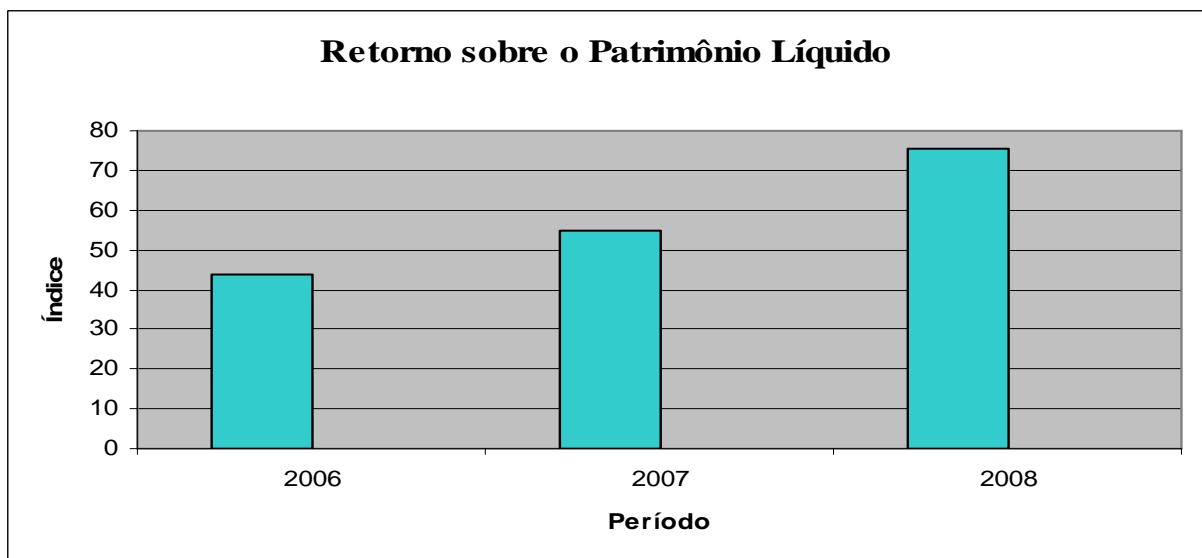


Gráfico 12. Retorno sobre o Patrimônio Líquido
Fonte: Dados do estudo de caso.

O Patrimônio Líquido corresponde, além dos lucros obtidos pela entidade através das atividades operacionais, a parte investida pelos sócios na entidade, com o objetivo geralmente de obter um retorno acima dos índices de investimentos existentes no mercado. Nesse sentido,

sua observação torna-se fundamental a fim de apresentar aos sócios este retorno, permitindo a tomada de decisão quanto a viabilidade de seus investimentos.

Na empresa em questão o retorno obtido apresenta uma porcentagem muito boa, em comparação aos índices oferecidos pelo mercado, seja em investimentos seguros como a poupança, ou investimentos mais ousados como, por exemplo, ações.

O ano de 2008 foi o que apresentou um melhor resultado, passando de 75% de retorno, ou seja, em um ano quase dobrou o valor de seu patrimônio líquido. Para investidores torna-se um ramo interessante, já que fornece um retorno considerável.

3.6 GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA

Através do grau de alavancagem é possível observar a influência e os benefícios da utilização de capital de terceiros pela entidade, averiguando nesse caso o crescimento ou não que esses valores proporcionam.

Na empresa estudada o que se observa é a utilização quase que totalmente de capital próprio, como já demonstrado em índices anteriores, cabe então um estudo de benefícios que capitais de terceiros poderiam estar fornecendo caso fosse utilizado um pouco mais, porém de forma controlada.

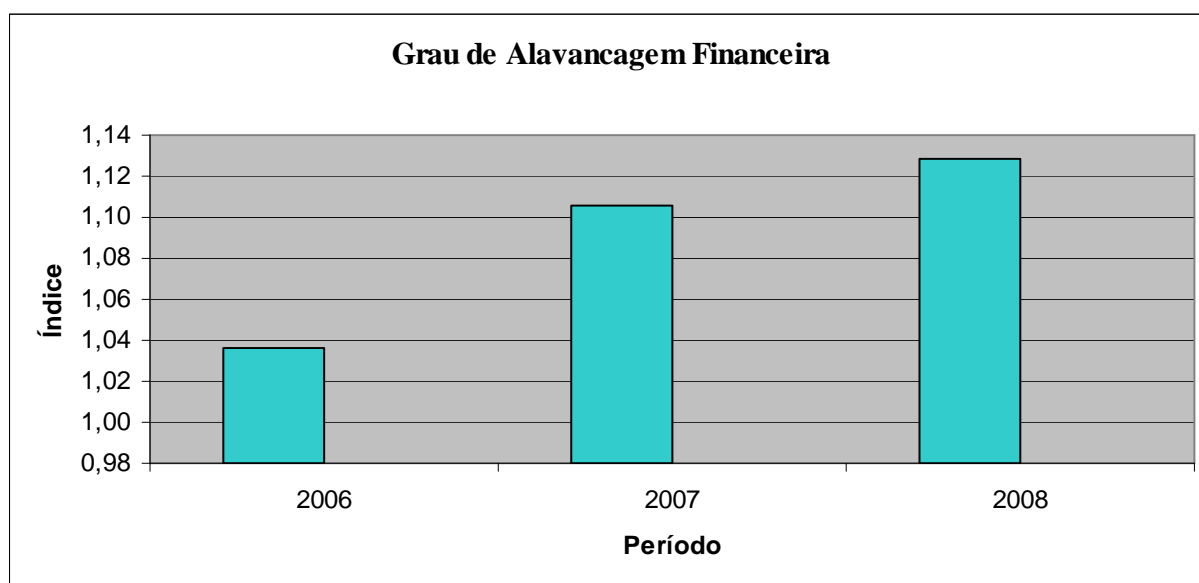


Gráfico 13. Grau de alavancagem Financeira.
Fonte: Dados do estudo de caso.

É possível observar pelo gráfico 13, o qual demonstra a variação do grau de alavancagem financeira nos últimos três anos, o crescimento impulsionado pela utilização de capitais de terceiros. Note-se um crescimento gradativo desse índice, onde só em 2008 a entidade cresceu 13% a mais do que no caso utilizasse apenas capitais próprios, proporcionando assim um “aceleramento” na entidade. Produzindo nesse caso, os capitais de terceiros a longo e curto prazo um efeito positivo sobre o patrimônio líquido.

Em resumo cabe analisar que é necessária a observação e um tratamento especial, com relação a este quesito, já que bem estudado e implantado é possível talvez aumentar ainda mais as estruturas e lucratividades da empresa.

3.7 CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

O Capital Circulante Líquido representa através de sua fórmula a relação entre o ativo circulante e passivo circulante, ou seja, a folga financeira da entidade. Neste caso, como pode ser observado no gráfico 14, a empresa obteve um crescimento gradativo dessa folga financeira, significando que é possuído pela entidade mais ativos do que passivos circulantes.

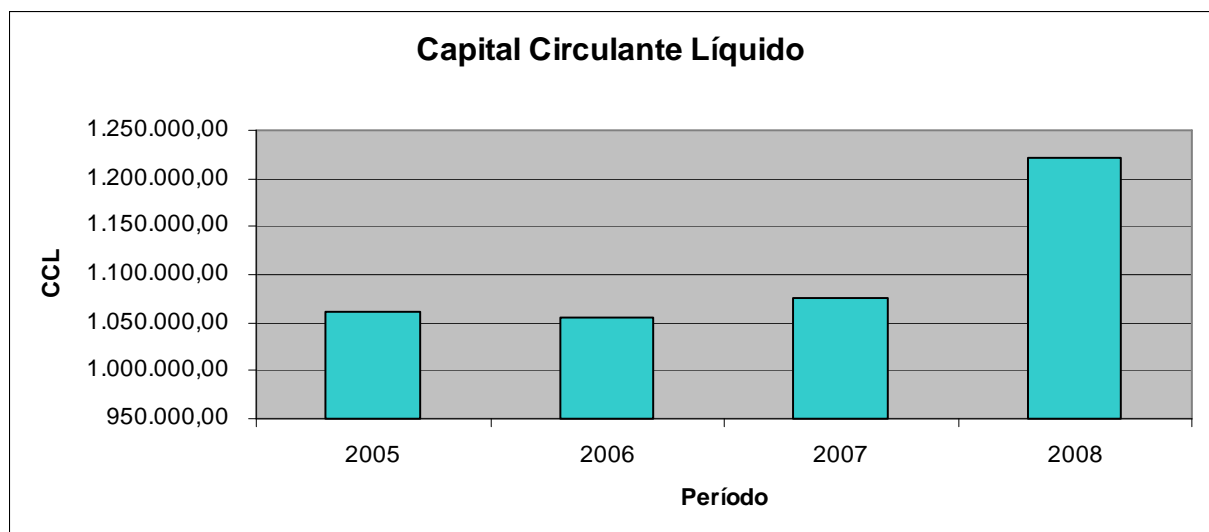


Gráfico 14. Capital Circulante Líquido

Fonte: Dados do estudo de caso.

A boa administração do CCL, ou seja, dos circulantes, é fundamental para maximizar os valores gerados por esses. Sendo assim, é possível perceber pelo gráfico a boa administração desses valores, impulsionando o crescimento. O ano em que apresentou maior destaque foi em 2008 onde o ativo circulante apresentou 26,22% do ativo total, ficando o passivo circulante representado por apenas 7,57%, onde essa diferença ocasionou um capital circulante de mais de 1.222.000 reais.

Em resumo, como pode ser observado no quadro 1 o qual apresenta um resumo de todos os índices abordados no estudo da empresa, os índices apresentam-se bons apesar das quedas apresentadas nos índices de liquidez, como já abordado devido as grandes distribuições de lucros. Os demais índices apresentaram-se em constante crescimento demonstrando assim uma situação favorável tanto em estruturas como em rentabilidade para os sócios.

	2005	2006	2007	2008
Liquidez Corrente	8,54	6,37	3,65	3,46
Liquidez Geral	8,54	6,37	1,63	3,28
Liquidez Imediata	5,80	2,49	1,14	1,09
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,74	0,80	0,89	0,80
Participação de Capitais de Terceiros	3,46	3,70	17,52	8,78
Composição de endividamento	100,00	100,00	44,32	93,78
Giro do Ativo		1,10	1,15	1,35
Retorno sobre vendas	0,44	0,38	0,43	0,50
Retorno sobre o Ativo		42,39	49,54	67,01
Retorno sobre o Patrimônio Líquido		43,92	54,77	75,62
Grau de Alavancagem Financeira		1,04	1,11	1,13
Capital Circulante Líquido	1.061.936,39	1.056.290,62	1.074.842,99	1.222.031,83

Quadro 1. Resumo dos Índices da empresa.

Fonte: Dados do estudo de caso.

3.8 ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Outro demonstrativo importante quando na realização de uma análise é o fluxo de caixa, demonstrando as saídas e entradas que afetaram o caixa da empresa. Observando o fluxo de caixa da entidade estudada, o qual está inserido no anexo B deste trabalho, desde 2006 até 2008, percebeu-se que as disponibilidades apesar de negativas, aumentaram consideravelmente, voltando a ficar positivo no ano 2008. No ano de 2006 o resultado negativo nos disponíveis ocorreu pelo grande investimento em imobilizado e distribuição dos lucros. Cabe lembrar novamente, já que está mais uma vez evidente no demonstrativo de fluxo de caixa, se realmente está sendo distribuído “corretamente” os lucros, se as políticas adotadas pela empresa estão coerentes, ou seja, sem descapitalizar a empresa, pois os valores distribuídos estão correspondendo a um valor considerável. De 2006 a 2007 o "caixa" continuou negativo, porém agora em proporções menores, isso foi graças a diminuição de aplicações em investimentos e também pelo aumento nos recebimentos de vendas, apesar de ainda ter um grande valor investido na atividade de financiamento.

Já no ano de 2008 as disponibilidades melhoraram ficando positivas em relação ao saldo do ano anterior, isso ocorreu devido ao aumento nas vendas, a diminuição nas atividades de investimentos, aumentando 35% apenas a atividade de financiamento ocorrido pelo mesmo motivo anterior, distribuição de lucros.

Outro ponto importante a ser observado no demonstrativo de fluxo de caixa está no grupo 1, em que se encontram as atividades operacionais. Essas apresentaram um crescimento contínuo e considerável, demonstrando assim a capacidade de geração de lucros da entidade, necessitando muito pouco de outras formas de arrecadações monetárias para manter-se em atividade. Lembrando apenas que cabe ao administrador o estudo do melhor capital a ser investido na empresa, se capital próprio ou de terceiros custando muitas vezes juros mais baratos. No grupo de investimentos deve ser observado o valor considerável gasto com pagamentos de juros, isso pode ter sido gerado pelos aumentos em financiamentos.

Em resumo, visualizando a variação de três anos da empresa estudada, apresentou-se somente melhoras nas disponibilidades, já que iniciou com uma variação de mais de R\$ 326.000 negativos para um fluxo de caixa positivo em R\$ 81.102,60, demonstrando assim um aumento considerável.

4.0 ANÁLISE DE RESULTADOS

Com o objetivo de obter dados a respeito de como está sendo difundida as interpretações e informações financeiras, patrimoniais da entidade, seja através de índices ou de outros tipos de relatórios, e também para confirmar as contribuições trazidas pelas análises, foi aplicado um questionário aos diretores, gerentes dos departamentos e aos sócios da entidade. Esse buscou averiguar se essas informações, como por exemplo, as elaboradas através do estudo de caso citado, estão auxiliando nas tomadas de decisões.

Analisando os resultados alcançados nas questões abordadas, percebe-se primeiramente que a Contabilidade está fornecendo informações aos departamentos, porém com algumas exceções como é o caso do suporte e do desenvolvimento, os quais responderam que quase sempre são fornecidas as informações necessárias a tomada de decisão, concluindo-se assim, a falta de alguns dados considerados importantes por esses em relação a contabilidade.

Assim é importante ser observado pelo departamento de contabilidade a necessidade de fornecer melhores informações, mais detalhadas, principalmente no que envolve custos e despesas para desenvolvimento de um software, no caso do departamento de desenvolvimento, e as despesas incorridas, divididas por região, no caso dos atendimentos feitos pelo suporte. É necessário, portanto, a elaboração de algum método/relatório, podendo ser através de centros de custos, que venha a fornecer essas análises, para que possa ser possível o desempenho da função principal do departamento da forma mais eficiente possível, ou seja, executar essa atividade avaliando os gastos e benefícios gerados por determinada atividade, decisão.

Já com relação aos demais departamentos é importante destacar que todos consideram possuir os dados fornecidos pela contabilidade, sendo uma ferramenta útil para o melhoramento contínuo do setor ou da empresa como um todo.

Assim, as demais alternativas fornecidas na questão que compreendiam raramente ou não esta gerando, como pode ver através do questionário no apêndice A e no gráfico 15, não apresentou nenhuma resposta, demonstrando que de alguma forma as informações necessárias para tomada de decisão são fornecidas e benéficas.

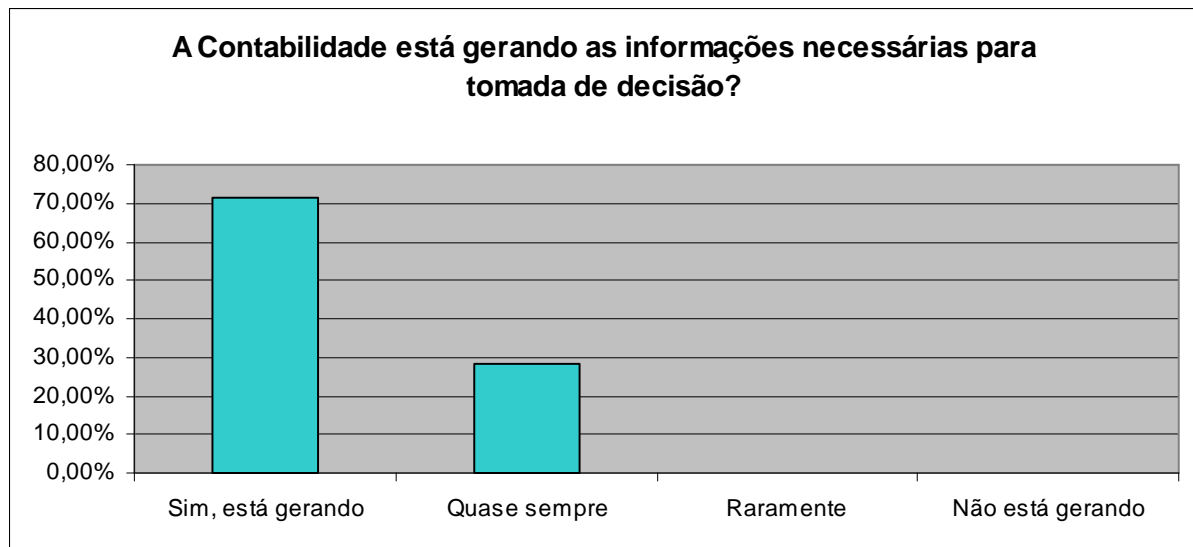


Gráfico 15. Geração das informações necessárias para tomada de decisão pela contabilidade.
Fonte: Dados da pesquisa.

Outro questionamento feito foi com relação aos demonstrativos utilizados pela contabilidade para fornecimento das informações. No gráfico 16 pode ser visualizado que se obteve um resultado mais significativo no Demonstrativo de Resultado, o qual apresenta as despesas e receitas da entidade em determinado período, sendo utilizado por todos os departamentos como base para controle de despesas. Em segundo lugar apareceu o Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos, sendo utilizado principalmente pelo departamento financeiro, administrativo e pelos sócios. Esse demonstrativo é importante para explicar as origens dos recursos da entidade, e também as destinações feitas com esses valores, seja em despesas ou investimentos, sendo um demonstrativo semelhante ao fluxo de caixa, o qual apareceu em terceiro lugar juntamente com o balanço.

O Balanço Patrimonial pôde se perceber pelo questionário, é mais utilizado pelos sócios e pelo administrativo da entidade os quais necessitam de informações para tomada de decisão que vão além de somente controle de receitas e despesas, ficando os outros departamentos mais ligados a essa função. Essas decisões citadas estão ligadas principalmente a investimentos, aplicações, ou seja, a estrutura da empresa, as melhorias e controles da organização como um todo.

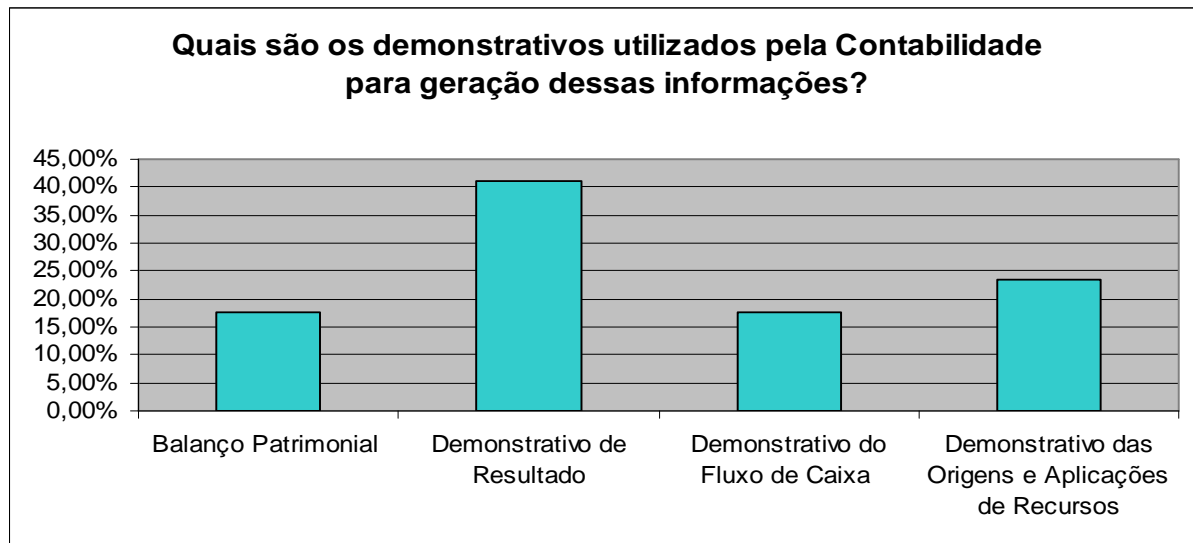


Gráfico 16. Demonstrativos utilizados pela Contabilidade para geração de informações.

Fonte: Dados da pesquisa.

O próximo questionamento abordado foi com relação ao fornecimento das análises e interpretações desses demonstrativos, citados anteriormente, ou até mesmo outro tipo de relatórios úteis elaborados pela contabilidade aos departamentos. Onde 100% dos entrevistados opinaram positivamente, afirmando que a contabilidade de alguma forma apresenta sempre ou quase sempre as informações para tomada de decisão quando necessário. Dentro dessas opiniões apresentadas pelos entrevistados o fornecimento das análises encontram-se divididas, sendo que mais de 50% demonstraram que está sim fornecendo e o restante considera que as informações quase sempre estão sendo fornecidas. Porém é possível visualizar que de alguma maneira a contabilidade está fornecendo, talvez não da forma mais adequada como possa ser o caso dos departamentos citados anteriormente, suporte e desenvolvimento.

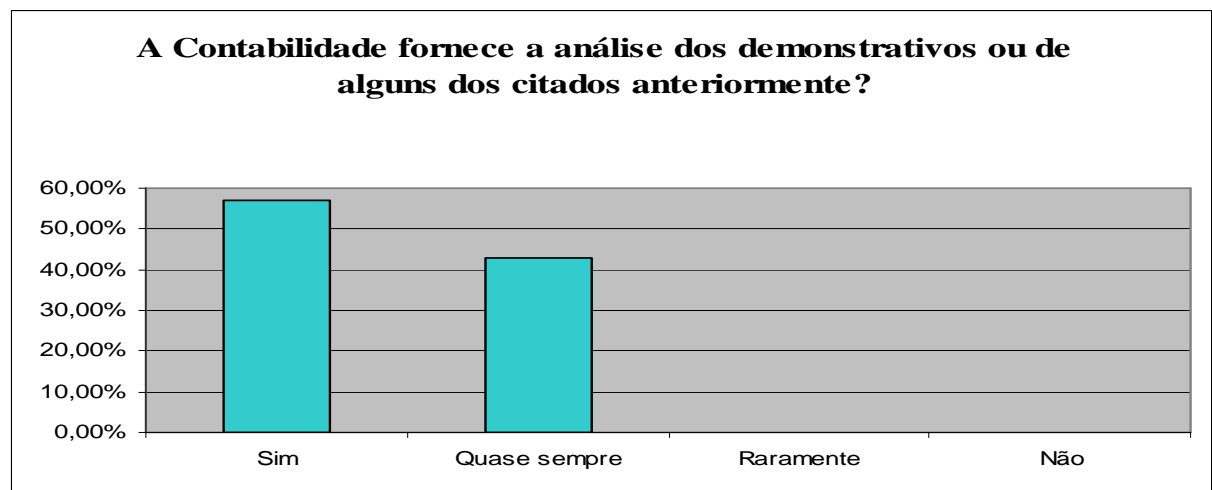


Gráfico 17. Fornecimento das análises dos demonstrativos elaborados pela contabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Sendo assim, levando em consideração as indagações e respostas anteriores, a próxima questão foi elaborada com a finalidade de saber se essas informações quando fornecidas são consideradas importantes e úteis aos administradores. O resultado obtido também foi benéfico, já que a maioria dos departamentos considerou boa ou ótima as informações repassadas, podendo ser observado através do gráfico 18. Mais de 85% dos entrevistados consideram as informações boas, significando assim que de alguma forma são úteis para o departamento, contribuindo para seu bom desenvolvimento.

Os proprietários da empresa responderam positivamente ao questionamento, demonstrando que consideram a análise e os demonstrativos que a contabilidade oferece um referencial importante e de confiança quando são necessários dados para tomada de decisão na organização. Para o desenvolvimento e crescimento da empresa são consideradas fundamentais as análises das evoluções ocorridas nas contas, sejam elas patrimoniais ou de despesas e receitas.

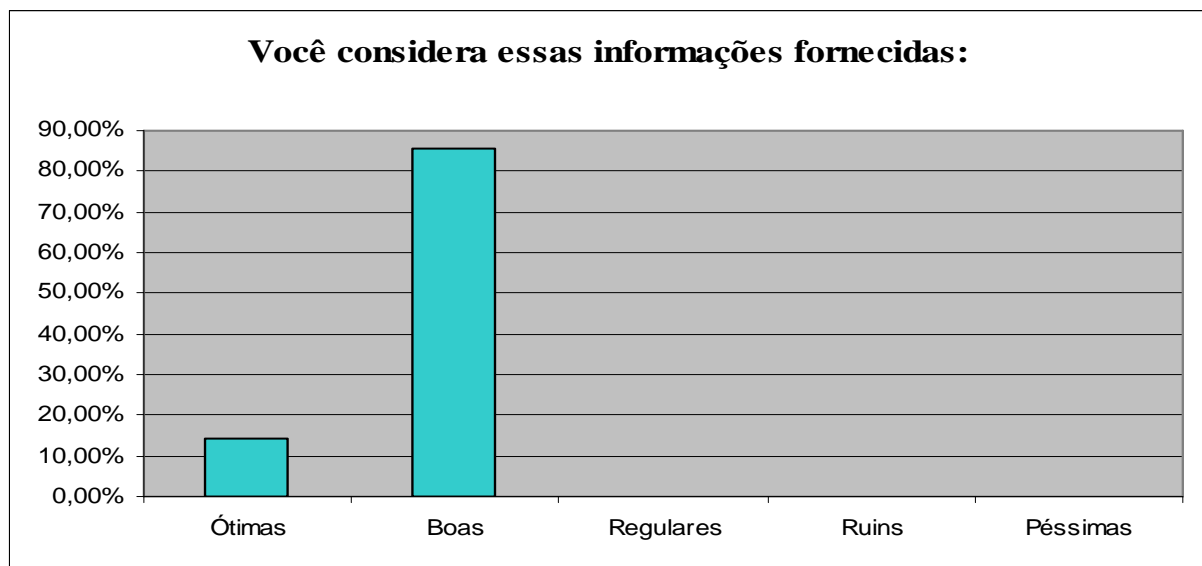


Gráfico 18. Considerações sobre as informações fornecidas pela contabilidade
Fonte: Dados da pesquisa.

Outro ponto abordado foi com relação a frequência de utilização desses dados, onde apesar dos departamentos terem essas informações para tomada de decisão, sendo a contabilidade a principal fonte para fornecer esses conhecimentos, nem sempre as decisões são tomadas baseadas nelas, como pode ser observado no gráfico 19, já que envolve muitas

vezes outros parâmetros que devem ser utilizados em conjunto, como por exemplo, o mercado em que a empresa está inserida, obrigando os interessados a tomarem algumas medidas para manter-se no mercado, já que é bastante competitivo.

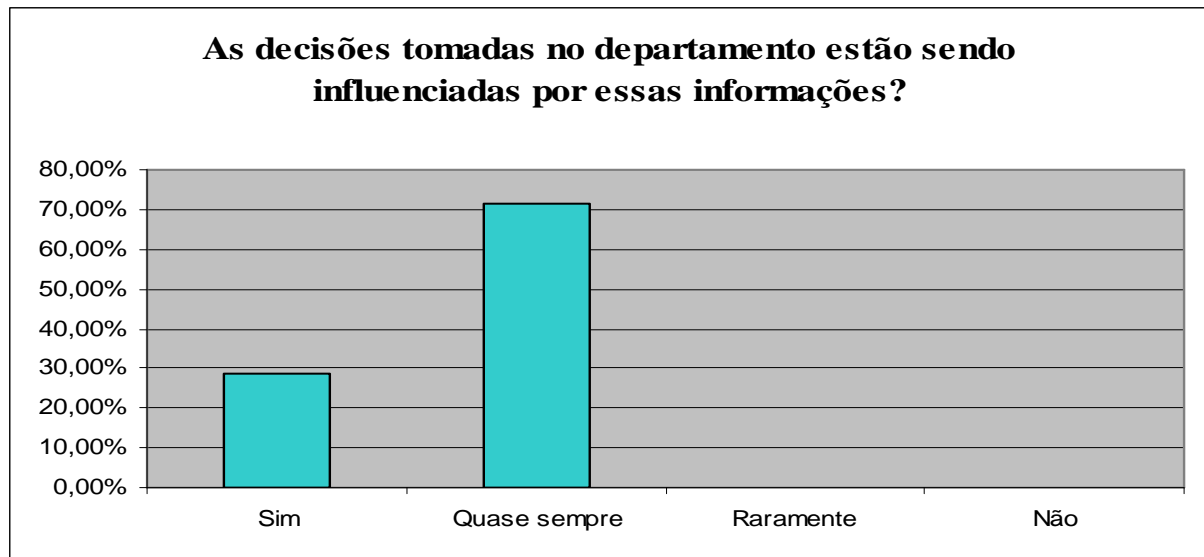


Gráfico 19. Influência das análises das demonstrações contábeis para tomada de decisão.

Fonte: Dados da pesquisa.

A última questão abordada no questionário buscou descobrir se a análise das demonstrações é benéfica de alguma forma aos departamentos para tomada de decisão. As respostas encontradas foram unânimes, ou seja, 100% dos entrevistados responderam positivamente, afirmando que são úteis e importantes, auxiliando sempre que necessário.

Sendo assim, pode-se deduzir que a análise contribui em amplos pontos na entidade, mas sua principal função está no auxílio a tomada de decisão graças as possíveis alternativas fornecidas pelo estudo das variações patrimoniais, descobrindo através disso, as vantagens e desvantagens que a empresa possui, ou melhor, os “pontos positivos e negativos” encontrados nas contas dos demonstrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade é uma ciência desenvolvida com a finalidade de auxiliar os empresários e administradores a tomarem decisões corretas, tendo para isso a real situação da organização. A partir disso, foi possível perceber que essa Ciência é de fundamental importância para o bom desenvolvimento e continuidade de uma entidade, sendo utilizada de forma mais ampla do que muitas vezes é entendida, como sendo necessária somente para apuração de impostos.

Este trabalho iniciou-se com o objetivo de estudar e averiguar as principais contribuições trazidas pela análise das demonstrações contábeis para a empresa sendo assim, através da análise demonstrou-se que a empresa apresentou bons resultados econômicos e financeiros, além de estar em crescimento contínuo. Apresentou também resultados satisfatórios no que diz respeito a utilização das informações geradas pela análise das demonstrações contábeis, porém em alguns departamentos são localizadas algumas falhas ainda, em que há a necessidade de fazer algumas adaptações, proporcionando assim a possibilidade de melhores resultados e também a visualização mais clara dos dados.

O estudo elaborado na empresa foi benéfico, pois possibilitou a identificação de pontos positivos e negativos que estavam ocorrendo nas demonstrações da empresa, além de buscar informações sobre a participação do departamento de contabilidade, com as informações que o mesmo proporciona dentro da organização. Assim, todos os pontos citados durante esse trabalho servem para demonstrar um papel fundamental exercido pela contabilidade no mercado, onde se tem a necessidade de contadores cada vez mais preparados para fornecerem dados que contribuam no cotidiano das entidades, sejam informações fornecidas através de demonstrativos, relatórios ou mesmo das análises.

Analisando de forma geral os resultados obtidos foi possível observar que a análise das demonstrações contribuem para a tomada de decisão na entidade, fornecendo dados e instruções a respeito das variações apresentados nos demonstrativos, tornando-se ferramentas úteis de acordo com a necessidade de cada departamento. Além de outras possibilidades fornecidas pela análise que não foram citadas aqui, como o fornecimento de projeções de despesas e receitas, o que auxiliaria ainda mais nos planos de investimentos e controles internos.

Outra contribuição importante para a entidade está em fornecer informações corretas, por isso da necessidade de quando forem elaborados os demonstrativos e as análises, esses

devem fornecer informações que apresentem a realidade da entidade, ganhando assim a confiança dos que necessitam, já que podem basear-se na fidelidade das informações na hora de tomar alguma decisão. Em resumo, pelas informações captadas pelo questionário a análise auxilia em praticamente todos os departamentos, sendo de forma geral utilizada nas tomadas de decisões.

A partir dos resultados obtidos, conclui-se, portanto, que cada vez mais, no mercado em que as empresas estão inseridas, estão em busca de alternativas e informações que aumentem ainda mais o seu potencial produtivo, tornando-se um diferencial em relação às demais. Sendo assim, cabe aos contabilistas, a adaptação com relação a melhor forma de fornecer às informações necessárias, deixando de ser uma contabilidade gerada apenas para apuração de impostos, e tornando-se uma ferramenta extremamente útil para as organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação – noções práticas.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

COSTA, Orismar Parreira. **Análise das Demonstrações Contábeis: generalidades, demonstrações contábeis, indicadores econômico-financeiros, padrões de estrutura patrimonial, papéis de trabalho, exercícios de fixação.** 2004. Disponível em: <http://www.ucg.br/site_docente/cont/orismar/AnalisedasDemostracoesContabeis/analise_01.pdf> Acessado em: 17 abr de 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

HOSS, Osni, et al. **Contabilidade: ensino e decisão.** São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços.** 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ÍUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações (aplicável as demais sociedades).** Suplemento. São Paulo: Atlas, 2008.

LAMPERT, Ernani (org). **A Universidade na virada do século 21: Ciência, Pesquisa e Cidadania.** Porto Alegre: Sulina, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHVIRCK, Eliandro. **A reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil.** 2006. 138 f. Dissertação (mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STRASSBURG, Udo *et al.* **A Importância do Sistema de Informação Contábil como Fonte de Informação para Tomada de Decisões.** (2006)

Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>

Acessado em: 23 de abr de 2009.

Balço Patrimonial												
		2005	A/V (%)	A/H (%)	2006	A/V (%)	A/H (%)	2007	A/V (%)	A/H (%)	2008	A/V (%)
1	ATIVO											
1.1	ATIVO CIRCULANTE	1.202.697,19	28,60%	4,18%	1.253.005,72	22,74%	18,10%	1.479.847,51	24,14%	16,08%	1.717.787,32	26,22%
1.1.1	Disponível	816.514,74	19,41%	-39,97%	490.172,30	8,90%	-6,10%	460.258,39	7,51%	17,62%	541.360,99	8,26%
1.1.1.01	Disponível	61.697,97	1,47%	72,44%	106.391,91	1,93%	-52,19%	50.866,23	0,83%	260,03%	183.133,73	2,80%
1.1.1.02	Aplicações	754.816,77	17,95%	-49,16%	383.780,39	6,97%	6,67%	409.392,16	6,68%	-12,50%	358.227,26	5,47%
1.1.2	DIREITOS	386.182,45	9,18%	97,53%	762.833,42	13,85%	33,66%	1.019.589,12	16,63%	15,38%	1.176.426,33	17,96%
1.1.2.01	Duplicatas a receber	386.182,45	9,18%	97,53%	762.833,42	13,85%	30,79%	997.713,37	16,28%	12,35%	1.120.956,75	17,11%
1.1.2.02	Adiantamentos	-						17.785,87	0,29%	2,61%	18.249,98	0,28%
1.1.2.03	Despesas antecipadas	-			-			4.089,88	0,07%	10,94%	4.537,44	0,07%
1.1.2.04	Empréstimos a terceiros	-			-			-			32.682,16	0,50%
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.003.170,67	71,40%	41,73%	4.256.250,04	77,26%	9,25%	4.650.057,99	75,86%	3,95%	4.833.708,22	73,78%
1.2.1	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	0,00%		-	0,00%		8.296,37	0,14%	104,35%	16.953,83	0,26%
1.2.1.01	Direitos realizáveis a longo prazo	-	0,00%		-	0,00%		8.296,37	0,14%	104,35%	16.953,83	0,26%
1.3.1	INVESTIMENTOS	49.500,00	1,18%	0,00%	49.500,00	0,90%	168,49%	132.903,61	2,17%	12,21%	149.132,81	2,28%
1.3.1.01	Investimentos	49.500,00	1,18%	0,00%	49.500,00	0,90%	168,49%	132.903,61	2,17%	12,21%	149.132,81	2,28%
1.3.2	IMOBILIZADO	2.953.670,67	70,23%	42,42%	4.206.750,04	76,36%	7,18%	4.508.858,01	73,56%	3,52%	4.667.621,58	71,25%
1.3.2.01	Imobilizado	2.953.670,67	70,23%	42,42%	4.206.750,04	76,36%	7,18%	4.508.858,01	73,56%	3,52%	4.667.621,58	71,25%
TOTAL DO ATIVO		4.205.867,86	100,00%	30,99%	5.509.255,76	100,00%	11,27%	6.129.905,50	100,00%	6,88%	6.551.495,54	100,00%
2	PASSIVO											
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	140.760,80	3,35%	39,75%	196.715,10	3,57%	105,88%	405.004,52	6,61%	22,41%	495.755,49	7,57%
2.1.1	OBRIGAÇÕES	140.760,80	3,35%	39,75%	196.715,10	3,57%	105,88%	405.004,52	6,61%	22,41%	495.755,49	7,57%
2.1.1.01	Obrigações trabalhistas	23.967,76	0,57%	-35,22%	15.526,54	0,28%	49,58%	23.224,71	0,38%	24,91%	29.009,52	0,44%
2.1.1.02	Obrigações Tributárias	112.958,79	2,69%	60,40%	181.188,56	3,29%	15,98%	210.145,31	3,43%	3,10%	216.653,94	3,31%
2.1.1.03	Fornecedores de imobilizado	2.247,14	0,05%	-100,00%	-			-			8.532,75	0,13%
2.1.1.04	Provisões	-			-			78.122,38	1,27%	12,01%	87.504,85	1,34%
2.1.1.05	Financiamentos	1.587,11	0,04%	-100,00%	-			16.704,96	0,27%	191,80%	48.744,80	0,74%
2.1.1.06	Cheques a compensar	-			-			76.807,16	1,25%	37,11%	105.309,63	1,61%
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-			-			508.853,37	8,30%	-93,54%	32.887,26	0,50%
2.2.1.01	Empréstimos e financiamentos a L.P	-			-			27.166,14	0,44%	21,06%	32.887,26	0,50%
2.2.1.02	Dividendos a Pagar	-			-			481.687,23	7,86%	-100,00%	-	
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.065.107,06	96,65%	30,69%	5.312.540,66	96,43%	-1,82%	5.216.047,61	85,09%	15,47%	6.022.852,79	91,93%
2.3.1	CAPITAL SOCIAL	3.000.000,00	71,33%	33,33%	4.000.000,00	72,61%	0,00%	4.000.000,00	65,25%	0,00%	4.000.000,00	61,05%
2.3.1.01	Capital subscrito	3.000.000,00	71,33%	33,33%	4.000.000,00	72,61%	0,00%	4.000.000,00	65,25%	0,00%	4.000.000,00	61,05%
2.3.1.02	Reserva de Lucros	1.065.107,06	25,32%	23,23%	1.312.540,66	23,82%	-7,35%	1.216.047,61	19,84%	66,35%	2.022.852,79	30,88%
TOTAL DO PASSIVO		4.205.867,86	100,00%	30,99%	5.509.255,76	100,00%	11,27%	6.129.905,50	100,00%	6,88%	6.551.495,54	100,00%

Demonstrativo do Resultado do Exercício												
		2005	A/V (%)	A/H (%)	2006	A/V (%)	A/H (%)	2007	A/V (%)	A/H (%)	2008	A/V (%)
3.1	RECEITAS	4.320.014,14	96,35%	23,88%	5.351.550,92	96,35%	24,99%	6.688.799,99	96,34%	28,22%	8.576.451,01	96,33%
3.1.1	RECEITAS OPERACIONAIS	4.320.014,14	96,35%	23,88%	5.351.550,92	96,35%	24,99%	6.688.799,99	96,34%	28,22%	8.576.451,01	96,33%
3.1.1.01	Receitas com prestação de serviços	4.483.668,03	100,00%	23,88%	5.554.282,23	100,00%	25,01%	6.943.174,33	100,00%	28,23%	8.903.565,06	100,00%
3.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	- 163.653,89	-3,65%	23,88%	- 202.731,31	-3,65%	25,47%	- 254.374,34	-3,66%	28,60%	- 327.114,05	-3,67%
3.1.2.01	(-) Impostos sobre serviços	- 163.653,89	-3,65%	23,88%	- 202.731,31	-3,65%	25,47%	- 254.374,34	-3,66%	28,60%	- 327.114,05	-3,67%
3.2	DESPEAS	-2.405.412,84	-53,65%	34,23%	-3.228.789,07	-58,13%	13,35%	-3.659.723,55	-52,71%	16,28%	-4.255.523,98	-47,80%
3.2.1	DESPEAS OPERACIONAIS	-2.405.412,84	-53,65%	34,23%	-3.228.789,07	-58,13%	13,35%	-3.659.723,55	-52,71%	16,28%	-4.255.523,98	-47,80%
3.2.1.01	Despesas comerciais	-1.032.549,00	-23,03%	17,34%	-1.211.574,73	-21,81%	11,21%	-1.347.391,88	-19,41%	19,68%	-1.612.532,09	-18,11%
3.2.1.02	Despesas Administrativas	- 746.767,03	-16,66%	34,92%	-1.007.562,59	-18,14%	-35,54%	- 649.425,52	-9,35%	-3,32%	- 627.833,49	-7,05%
3.2.1.03	Despesas com pessoal	- 279.949,96	-6,24%	82,88%	- 511.984,43	-9,22%	47,01%	- 752.693,21	-10,84%	19,03%	- 895.954,00	-10,06%
3.2.1.04	Despesas tributárias	- 346.146,85	-7,72%	43,77%	- 497.667,32	-8,96%	82,90%	- 910.212,94	-13,11%	22,96%	-1.119.204,40	-12,57%
3.3	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	- 7.159,65	-0,16%	787,12%	- 63.514,54	-1,14%	129,56%	- 145.804,49	-2,10%	-50,81%	- 71.719,95	-0,81%
3.3.1	RESULTADO FINANCEIRO	- 7.159,65	-0,16%	787,12%	- 63.514,54	-1,14%	129,56%	- 145.804,49	-2,10%	-65,04%	- 50.973,12	-0,57%
3.3.1.01	(+) Receitas Financeiras	14.492,10	0,32%	-21,38%	11.394,25	0,21%	269,66%	42.120,39	0,61%	36,43%	57.463,74	0,65%
3.3.1.02	(-) Despesas financeiras	- 21.651,75	-0,48%	245,97%	- 74.908,79	-1,35%	150,87%	- 187.924,88	-2,71%	-42,30%	- 108.436,86	-1,22%
3.3.2	RESULTADO VENDA IMOBILIZADO	-	0,00%		-	0,00%		-	0,00%		- 20.746,83	-0,23%
3.3.2.01	Resultado venda imobilizado	-	0,00%		-	0,00%		-	0,00%		- 20.746,83	-0,23%
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.907.441,65	42,54%	7,96%	2.059.247,31	37,07%	40,02%	2.883.271,95	41,53%	47,37%	4.249.207,08	47,72%

ANEXO B

Demonstrativo de Fluxo de Caixa			
	2006	2007	2008
1.0 ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.803.652,29	2.891.187,92	4.218.447,89
Recebimento Operacional			
(+) Recebimento das Vendas	5.177.631,26	6.708.294,38	8.779.857,57
Pagamentos Operacionais			
(-) Pagamento impostos s/ serviços	- 202.731,31	- 254.374,34	- 327.114,05
(-) Pagamento de desp. Comerciais	- 1.211.574,73	- 1.347.391,88	- 1.612.532,09
(-) Pagamento de desp. Administrativa	- 1.007.562,59	- 649.425,52	- 627.833,49
(-) Pagamento de desp. Tributárias	- 429.437,55	- 881.256,19	- 1.112.695,77
(-) Pagamento de despesas c/ pessoal	- 520.425,65	- 684.658,53	- 890.169,19
(-) Pagamento de fornecedores	- 2.247,14		
(-) Pagamento despesas antecipadas			- 447,56
(-) Provisões			9.382,47
3.0 ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 1.241.685,12	- 351.687,56	- 179.615,48
Recebimento venda de imobilizado			- 20.746,83
Aumento dos realizáveis a longo prazo		- 8.296,37	- 8.657,46
Aumento do imobilizado	- 1.253.079,37	- 302.107,97	- 158.763,57
Aumento dos investimentos		- 83.403,61	- 16.229,20
Empréstimos a terceiros			- 32.682,16
Receita Financeira	11.394,25	42.120,39	57.463,74
4.0 ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	- 888.309,61	- 2.569.414,27	- 3.957.729,81
(+) Integralização de Capital	100.000,00		
Aumento financiamento/empréstimo LP		27.166,14	5.721,12
Aumento financiamento/empréstimo CP		16.704,96	32.039,84
Aquisição fornecedores imobilizado			8.532,75
Pagamento de financiamentos	- 1.587,11		
(-) Pagamento de juros	- 74.908,79	- 192.014,76	- 108.436,86
(-) Cheques a compensar		76.807,16	28.502,47
(-) Distribuição de lucros	- 911.813,71	- 2.498.077,77	- 3.924.089,130
RESULTADO FINAL DO CAIXA	- 326.342,44	- 29.913,91	81.102,60
Saldo inicial disponível	816.514,74	490.172,30	460.258,39
Saldo final disponível	490.172,30	460.258,39	541.360,99

APÊNDICE A

Questionário:

- 1) A contabilidade está gerando as informações necessárias para tomada de decisão.
 Sim, está gerando.
 Quase sempre.
 Raramente.
 Não está gerando.

- 2) Quais são os demonstrativos utilizados pela Contabilidade para geração dessas informações?
 Balanço Patrimonial (BP)
 Demonstrativo de Resultado (DRE)
 Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC)
 Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)
 Outro. Qual? _____

- 3) A contabilidade fornece a análise dos demonstrativos ou de alguns dos citados na questão anterior?
 Sim
 Quase sempre.
 Raramente.
 Não.

- 4) Você considera essas informações fornecidas:
 Ótimas.
 Boas.
 Regulares.
 Ruins.
 Péssimas.

- 5) As decisões tomadas no departamento estão sendo influenciadas por essas informações.
 Sim.
 Quase sempre.
 Raramente.
 Não.

- 6) Essas análises e informações são benéficas para tomada dessas decisões?
 Sim.
 Quase sempre.
 Raramente.
 Não.